

## 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

### Ata da 78.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

Realizada em 14 de Junho de 1971 - (Segunda-feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Fortes, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Fuad Nacli, Jorge Sato, Nivaldo Krüger (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E :

#### MENSAGEM

13-71.

Curitiba, 3 de junho de 1.971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acôrdo que entre si fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas respectivas Secretarias de Agricultura, visando recíproca colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse, principalmente os relacionados com a defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação era formulada merecerá dessa Colenda Casa



o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

Térmo de Acôrdo que entre si fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através de suas respectivas Secretarias de Agricultura, visando recíproca colaboração técnica e assistencial em assuntos de mútuo interesse.

O Estado de São Paulo, neste ato representado pelo engenheiro Agrônomo Paulo da Rocha Camargo, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, devidamente autorizado pelo Governador do Estado de São Paulo, através do Processo 5.557-70, o Estado de Minas Gerais, representado pelo engenheiro Agrônomo Victor de Andrade Brito, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, credenciado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, através do ofício G-799-70 e o Estado do Paraná, representado pelo engenheiro Agrônomo Oscar Felipe Loureiro do Amaral, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, autorizado pelo Governador do Estado do Paraná, através do Processo 1.085 da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, d'ora avante designados, respectivamente, São Paulo, Minas Gerais e Paraná, resolvem firmar o presente acôrdo destinado à prestação recíproca de colaboração técnica e assistência em assuntos de mútuo interesse, principalmente relacionados com defesa sanitária vegetal, defesa sanitária animal e o desenvolvimento sócio-econômico dos seus territórios, mediante as condições das cláusulas seguintes:

I — São Paulo, Minas Gerais e Paraná, através das suas respectivas Secretarias da Agricultura, em recíproca colaboração e cooperação, ministrarão cursos de aperfeiçoamento, criarão grupos de trabalho específico, baixarão portarias, regulamentos e tudo o mais que concorra para o desenvolvimento das atividades ligadas à defesa sanitária vegetal e animal, bem como ao desenvolvimento técnico-sócio-econômico da agricultura, respeitadas suas atribuições específicas.

II — De acôrdo com o programa de ação estabelecido anualmente, serão desenvolvidos os planos de trabalho pelos órgãos próprios das SECRETARIAS ora acordantes.

III — As Secretarias da Agricultura de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, designarão uma Comissão Mista com as seguintes atribuições:

- a) elaboração do programa de ação preconizado neste acôrdo;
- b) apresentação, dentro de 30 (trinta) dias, de normas para constituição de Grupos de Trabalho e de diretrizes para a execução deste acôrdo;
- c) coordenação e orientação para elaboração dos planos de trabalho referidos na Cláusula II.

Parágrafo único. — O programa de ação a que se refere a Cláusula II deste acôrdo deverá estar ultimado dentro de 60 (sessenta) dias, a partir da constituição da Comissão Mista a que alude o caput da Cláusula III.

IV — Os planos de trabalho a serem elaborados por técnicos das entidades contratantes deverão conter, obrigatoriamente, os objetivos, justificativas, esquema de execução, custos anuais, recursos financeiros e legais e distribuição de encargos.

V — Após sua aprovação, obedecidas as disposições legais vigentes e as normas gerais estabelecidas no presente acôrdo, os planos de trabalho serão postos em execução através dos elementos executivos das Secretarias contratantes.

VI — O presente acôrdo vigorar pelo prazo de 5 anos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado ou rescindido, em qualquer tempo, neste caso por vontade das partes ou de uma delas, manifestada expressamente com a antecedência mínima de 180 dias.



E por estarem assim justos e convencionados, foi lavrado o presente que foi depois de lido e achado conforme pelas partes e testemunhas, foi por todos assinado.

Curitiba, 26 de novembro de 1.970.

- (a) VICTOR DE ANDRADE BRITO  
Secretário da Agricultura de Minas Gerais
- (a) PAULO DA ROCHA CAMARGO  
Secretário da Agricultura de São Paulo
- (a) OSCAR FELIPPE LOUREIRO DO AMARAL  
Secretário da Agricultura do Paraná

Testemunhas:

## MENSAGEM

14-71

Curitiba, 5 de junho de 1971.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 9.º, da lei n.º 5.982, de 4 de agosto de 1969.

A anexa cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 605-71, de 21 de maio de 1971, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, esclarece, em maiores detalhes, a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação do Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

- (a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O artigo 9.º da Lei n. 5.982, de 4 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9.º — O Poder Executivo enviará à Assembléia Legislativa a proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos, até o dia 15 de setembro do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

Parágrafo único. — A Assembléia Legislativa apreciará os Orçamentos Plurianuais de Investimentos no prazo de sessenta (60) dias”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

605-71

Curitiba, 21 de maio de 1971

Senhor Governador.

Procurando um disciplinamento dos prazos estabelecidos para a apresentação de mensagem orçamentária ao Poder Legislativo, temos a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que altera o Art. 9.º da Lei n. 5.982, de 4 de agosto de 1969.

O que nos leva a tal proposição, prende-se ao fato de que a Proposta Anual de Orçamento Geral do Estado é encaminhada até o dia 1.º de outubro de cada ano (Art. 35 da Constituição Estadual), sessenta (60) dias, portanto, depois do prazo fixado (1.º de agosto) para o Orçamento Plurianual de Investimentos (Art. 9.º da Lei n. 5.982).

A elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos depende da proposta do Orçamento Anual do Estado e sendo assim, nas condições atuais ve-



rifica-se uma antecipação no tempo, de sessenta dias, o que implica, por sua vez, numa distorção na previsão da receita.

Portanto, esta defasagem de tempo entre a apresentação das duas propostas não é tecnicamente salutar, haja visto, o exemplo federal, onde o Orçamento Anual é encaminhado ao Congresso, até o dia 1.º de setembro (Art. 66 da Constituição do Brasil), enquanto que o Orçamento Plurianual de Investimentos o será somente até o dia 15 do mesmo mês (Art. 1.º da Lei Complementar n. 9, de 11 de dezembro de 1970), ou seja, 15 dias após.

Assim, visando conciliar o aspecto técnico com o de adequação à sistemática federal, é que propomos a Vossa Excelência, o encaminhamento da solicitação em pauta ao Poder Legislativo.

Renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, os protestos de distinto apreço e real consideração.

(a) LINEO EMILIO KLÜPPEL — Secretário da Fazenda  
A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

Curitiba, 3 de junho de 1971

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de agosto de 1970, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação ora formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado  
Termo de Convênio que entre si fazem o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, para a execução de serviços de apoio necessário à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta, nesta cidade de Curitiba, o Estado do Paraná, por seu Governador, Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo Cruz Pimentel, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, aqui denominado simplesmente IPPUC, representado neste ato por seu Diretor Presidente, Senhor Doutor Clovis Milton Lunardi, decidiram firmar o presente Convênio para a execução de serviços de apoio necessários à elaboração da Planta Cadastral 1:2.000 do Município de Curitiba, de acordo com as cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a execução dos apoios terrestres para a elaboração do mapa do município de Curitiba na escala 1:2.000, com curvas de nível equidistantes de dois metros (2,00 m).

1.2. O cadastro da escala 1:2.000 deverá ser desenhado em plástico indeformável transparente, de modo a permitir cópias heliográficas.

1.3 A área objeto deste Convênio fica delimitada pelos paralelos:

25° 22' 30" S

25° 32' 00" S e meridianos

49° 11' 30" W Gr.

49° 20' 00" W Gr.

#### CLÁUSULA SEGUNDA — OBRIGAÇÕES DO IPPUC

2.1. São obrigações do IPPUC:

2.1.1. Contratar pessoal técnico habilitado para a execução dos serviços



de apóio suplementar, reambulação e cálculo necessários à determinação das coordenadas dos pontos imprescindíveis à restituição.

2.1.2. Elaborar o programa geral de trabalho e expedir ordens de serviço, em comum acôrdo com o Estado do Paraná, representado pelo coordenador do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

2.1.3. Prmover a restituição das fôlhas, de acôrdo com as normas oficiais.

2.1.4. Responsabilizar-se pelo fornecimento de cópias fotográficas aéreas e plantas básicas existentes, necessárias à execução dos trabalhos em pauta.

2.1.5. Organizar as relações de topônimos por fôlhas, segundo as especificações especiais.

#### CLAUSULA TERCEIRA — OBRIGAÇÕES DO ESTADO

3.1. O Estado do Paraná obriga-se, por intermédio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, aqui denominado simplesmente D.G.T.C., a:

3.1.1. Fornecer todo o equipamento e material e transporte necessários à execução dos serviços de apóio suplementar, reambulação e cálculos.

3.1.2. Colocar, com a prévia aprovação do IPPUC, pessoal técnico de seus quadros a serviço dêste Convênio.

3.1.3. Dar tôda cobertura técnica à execução das tarefas atinentes a este Convênio.

3.1.4. Orientar a execução das tarefas de campo.

3.1.5. Executar o cálculo das poligonais e irradiações geodésicas, bem como nivelamentos geométricos e trigonométricos.

3.1.6. Monumentar todos os pontos de Poligonais Geodésicas, bem como Referência de Nível, com especificações próprias estabelecidas de comum acôrdo entre o IPPUC e DGTC.

3.1.7. Organizar descrições, roteiros e valores dos pontos de apóio.

3.1.8. Furar em fotografias aéreas fornecidas pelo IPPUC a posição de todos os pontos medidos.

3.1.9. Responsabilizar-se pela utilização de seu equipamento, providenciando imediatamente os reparos quando necessários, a fim de não atrasar os trabalhos.

#### CLAUSULA QUARTA — ESPECIFICAÇÕES

4.1. Na execução dos trabalhos programados serão utilizadas fotografias grande angulares, na escala 1:8.000, de propriedade do IPPUC.

4.1.1. O apoio terrestre planimétrico a ser executado, deverá ser amarrado às cadeias de triangulação de 1a. e 2a. ordem existentes na região, desde que referidas ao sistema de 1a. ordem da Fundação IBGE/IBG.

4.1.2. O nivelamento deverá ser geométrico e amarrado à rede de nivelamento geométrico do IBGE/IBG, existente na região e deverá ser executado com nível de precisão e miras de invar.

4.1.3. Os trabalhos estabelecidos no presente Convênio deverão obedecer às normas técnicas adotadas pelo DGTC.

#### CLAUSULA QUINTA — PROPRIEDADES DOS ORIGINAIS

5.1. Incorporar-se-ão ao acêrvo do IPPUC:

5.1.1. Uma coleção de fotografias com a transcrição dos pontos de apoio de campo, vértices de triangulação e RRNN.

5.1.2. Cópia das cadernetas de campo.

5.1.3. Cópia de roteiros, descrições e valores de coordenadas dos pontos de apóio.

5.2. Incorporar-se-ão ao acêrvo do DGTC:

5.2.1. As fotografias aéreas originais, contendo os pontos de apóio de campo.

5.2.2. As cadernetas de campo originais.

5.2.3. Roteiros, descrições e valores das coordenadas dos pontos de apóio.

#### CLAUSULA SEXTA — APROVAÇÃO DOS TRABALHOS

6.1. Após a conclusão dos trabalhos previstos neste Convênio será la-



lavrado o "Térmo de Conclusão dos Serviços, assinado pelo Diretor-Presidente do IPPUC e Diretor do DGTC.

6.1.1. Quaisquer reclamações, de natureza parcial ou geral, bem como quaisquer entendimentos entre o DGTC e o IPPUC serão feitos por escrito, através de técnico referido na cláusula 9.1.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — PRAZOS

7.1. Este Convênio terá a duração prevista de 2 anos, podendo ser denunciado mediante a manifestação expressa de uma das partes, desde que os trabalhos já programados e com ordens de serviços já expedidas, tenham sido concluídos.

#### CLÁUSULA OITAVA — VIGÊNCIA

8.1. O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA — DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A direção e coordenação dos trabalhos de apôio e reambulações será exercida por um técnico do DGTC, designado de comum acôrdo para êsse fim.

9.2. O D.G.T.C. e o I.P.P.U.C. se comprometem a fazer constar do rodapé das fôlhas de cadastro nas escalas 1:2.000, legendas referentes ao presente Convênio em termos a serem ajustados de acôrdo com as tarefas executadas.

9.3. Os signatários do presente Convênio se obrigam a observar os preceitos contidos no Decreto-Lei n. 243, de 28 de fevereiro de 1967, que fixou as diretrizes e bases da cartografia brasileira e deu outras providências.

Para constar, foi lavrado o presente Térmo que vai assinado pelo Exce-lentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, e pelo Sr. Doutor Clóvis Milton Lunardi, Diretor-Presidente do IPPUC, e por duas testemunhas.

(a) HAROLDO LEON PEDES — Governador do Estado do Paraná

(a) CLÓVIS MILTON LUNARDI

Testemunhas:

- 1) .....
- 2) .....

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

— Sob o n. 351-71, do senhor Ruy Ferraz de Carvalho, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, encaminhando cópia da Resolução n. 9/71-DIJ que regula, de acôrdo com o Código de Organização Judiciária do Estado, a nomeação de juizes de Paz e respectivos suplentes. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n. 1-71, do senhor Ademar de Holleben, presidente da Câmara Municipal de Guaraniacú, comunicando haver sido eleito a nova mesa Diretora daquele Câmara, durante o período de 1 de fevereiro do corrente ano a 31 de janeiro de 1.973. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno, requeiro Regime de Urgência, para Projeto de Lei n. 30-71, que objetiva declarar de utilidade pública o Conselho Londrinense de Assistência à Mulher, sediado em Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Lázaro Dumont

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer a inserção em Ata de um



voto de aplauso e congratulações ao excelentíssimo senhor governador Haroldo Leon Peres e à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — pela redução efetuada nas tarifas de energia elétrica destinada a fins industriais. Pede, ainda, que, do inteiro teor desta moção seja dada ciência às referidas autoridades.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

#### JUSTIFICATIVA:

Nestes momentos em que o Paraná começa, legitimamente, a percorrer os caminhos traçados pela Revolução de 64, não podemos deixar de reconhecer a necessidade que temos de considerar o amanhã como hoje.

Não mais podemos nos restringir a planos para o amanhã. A vida atual e o progresso científico a isso nos obrigam. E, temos certeza, o atual Governo estadual está consciente da época que estamos vivendo. E, a recente medida reduzindo o preço da energia elétrica fornecida às indústrias, isso nos prova! Essa redução de tarifas é o primeiro passo do senhor Governador do Estado para alcançar a grande meta do nosso desenvolvimento, que é a industrialização do Paraná.

Ao nosso lado, nossos irmãos de Santa Catarina e São Paulo, são exemplo do milagre que pode ser realizado com energia elétrica abundante, que barata.

Senhor Presidente! O grande primeiro passo foi dado. Logo veremos, como sua consequência, a instalação das grandes usinas; a abertura de milhares de novos empregos; as linhas de montagem desfiando os mais variados produtos que servirão para alicerçar, ainda mais, a nossa economia e trazer mais bem estar para o nosso povo.

Queira o governador Haroldo Leon Peres e os senhores Diretores da Copel receber os nossos votos de aplausos e congratulações, votos esses que são de todos nós, representantes e povo paranaense.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Casa um voto de aplausos à humana e sensata campanha desfechada pelo titular do programa Flávio Cavalcanti, contrária à discriminação de idade que cerceia totalmente o direito de trabalho a pessoas com idade superior a 40 anos.

Com esta odiosa discriminação, bane-se do nosso cenário de atividades valiosas e contribuidoras para o progresso nacional, o concurso de um grande potencial humano, capacitado e experimentado, bem como se abre uma perigosa frente de desemprego com danosos reflexos de ordem social. A par disto, estimula-se imprudentemente as desesperanças entre aqueles que, vendo o aproximar-se dos 40 anos de idade, pressentem o inevitável estrangulamento de sua sede de continuarem sendo úteis à Família, à Sociedade e à Nação. E isto acontece justamente quando, através de suas mais expressivas forças de trabalho, o País ouve permanentemente apelos de soma de todos os esforços aproveitáveis para materializar seus sonhos de desenvolvimento redentor.

O signatário pede, pois, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao destemido e dinâmico homem de televisão Flávio Cavalcanti.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, re-



quer, depois de ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de congratulações ao senhor Flávio Cavalcanti, titular do programa Flávio Cavalcanti, transmitido aos domingos pela TV Tupi do Rio de Janeiro, via Embratel, pela elogiável campanha que vem fazendo em favor das pessoas com mais de 35 anos, a fim de que obtenham emprego nas repartições públicas e privadas.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A campanha ora desenvolvida pelo senhor Flávio Cavalcanti e pela TV Tupi, calou profundamente no espírito deste parlamentar, como também do povo brasileiro. Como se sabe, hoje uma pessoa com mais de 35 anos, está em plena vitalidade de sua vida. Não se compreende porque se impeça que tais pessoas não possam trabalhar em organizações públicas e privadas. Somos de opinião, inclusive, que pessoas com a idade de 35, 40 e mesmo de 50 anos, poderão prestar inestimáveis serviços à coletividade e à Nação. É pois, com satisfação que apresento este voto de congratulações ao senhor Flávio Cavalcanti, que demonstra desta forma seu espírito de alta solidariedade com as pessoas de idade superior a 35 anos, fazendo com que elas continuem participando com o seu trabalho para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Ademais, e para concluir, poderíamos citar aqui inúmeros nomes da história, que somente depois dos 35 anos de idade, foi que despertaram em vários setores da atividade humana, ficando seus nomes registrados na história. Nossos parabéns portanto a Flávio Cavalcanti por mais essa benemérita campanha, e da solicitação que ora fazemos, encaminhe-se cópia àquele homem de imprensa e televisão.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(aa) **Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, sejam endereçados aos d<sup>rs</sup>. Ronald Sanson Stresser, diretor-superintendente dos Diários e Emissoras Associados do Paraná; Antonio Euclides Sapia, diretor da Televisão Coroados de Londrina; e dr. Osvaldo de Jesus Militão, colunista social do jornal "Fôlha de Londrina", votos de congratulações pela realização do concurso Miss Paraná 71, na cidade de Apucarana, festa que reuniu as mais lindas jovens do nosso Estado. A maior festa da beleza paranaense alcançou o mais alto sucesso, tendo despertado a mais viva expectativa em todos os escalões da sociedade, primando pela organização e pela atração que acabou se tornando o grande acontecimento.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) **Antônio Belinati**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, o registro em Ata, de um voto de congratulações a senhorinha Marise Meyer Costa, Miss Ibaiti, que, pela primeira vez, vê a sua candidata alcançar o mais elevado título da beleza feminina paranaense.

Requer, outrossim, desde que aprovado o presente requerimento, sejam enviados ofícios comunicando a decisão da Casa, à senhorinha Marise Meyer Costa, e ao exmo. senhor prefeito municipal de Ibaiti, senhor Antonio Rocha.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) **Gabriel Manoel**



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem mui respeitosamente, solicitar, após ouvido o Plenário, seja concedida urgência ao Projeto n. 40-71, que objetiva tornar de utilidade pública a Assistência Lar Esperança de Londrina.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Antônio Belinati

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário.

#### Considerando,

1) — Estar o Estado de Pernambuco, segundo noticiam os jornais, empenhado na produção de café, fato que lhe dará em três anos uma das primeiras posições na estatística brasileira;

2) — que o plantio e a produção pernambucana já foram garantidos pelo Instituto Brasileiro do Café, segundo anuncia o Secretário da Agricultura daquele Estado, sr. João Pessoa de Souza;

3) — que o único problema defrontado por aquela unidade federativa, na produção da rubiácea, reside no fornecimento de mudas, tendo o IBC, já garantido o financiamento da produção;

4) — que o referido financiamento feito pela autarquia cafeeira, é coberto com recursos obtidos do confisco cambial imposto aos cafés de origem, principalmente, do Paraná — o maior produtor do País;

5) — que a cafeicultura do Estado do Paraná, precisa de maior financiamento para melhorar a qualidade e aumentar a produção;

#### Requer

a Vossa Excelência que determine a expedição de telex ao Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, solicitando financeiramente seja aplicado em nosso Estado, na cafeicultura e na diversificação de nossa produção agrícola, com o objetivo de evitar a acentuada descapitalização que atravessa nossa economia, onde várias regiões possuem renda "per capita" inferiores ao Nordeste.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) Maurício Fruct

### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental requerem, após ouvido o Plenário, que a mesa Executiva da Assembléia Legislativa, faa expedir ofício de apoio ao Chanceler Mario Gibson Barbosa, titular da Posta das Relações Exteriores, ante a ação dos Estados Unidos da América do Norte, que pretende forçar o Brasil, a revogar o ato que estendeu o Mar Territorial Brasileiro duzentas milhas, ameaçando não aprovar o Acôrdio Internacional do Café.

Estranha a bancada emedebista do Paraná, que um País que se diz amigo incondicional do Brasil, tente, de forma desleal, pressionar nossos mandatários para que revoguem um ato de soberania, um direito que todos os países têm de alargar suas fronteiras, pacificamente, em direção ao mar.

Esperam os representantes do povo paranaense, que os dirigentes brasileiros, não cedam às ameaças, mantenham sua posição de independência e soberania e continuem sua luta desprendida em prol do progresso e desenvolvimento da gente brasileira.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1971.

(a) Nivaldo Krüger



**PROJETO DE LEI:**

**Projeto de Lei n. 100-71**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**D E C R E T A:**

**Súmula:** — “Acresce um artigo à Lei n. 5.611, de 9 de agosto de 1.967, na forma que especifica”.

**Art. 1.º** — A Lei n. 5.611, de 9 de agosto de 1.967, fica acrescida de um artigo com a seguinte redação:

“Ficam essguradas idênticas vantagens ao militar que tenha sido transferido para a reserva remunerada ou reformado, mesmo antes do advento da presente lei, desde que preencha um dos requisitos previstos naquela lei”.

**Art. 2.º** — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) **Erondy Silvério**

**JUSTIFICATIVA:**

A Lei n. 5.611, de 9 de agosto de 1.967, veio assegurar as vantagens da Função Gratificada ao integrante da Polícia Militar do Estado, quando transferido para a reserva remunerada ou reformado, desde que conte mais de 30 anos de serviço e nos casos especificados nas alíneas “a” e “b”.

Tal benefício, entretanto, não atingiu aos militares que já se encontravam na reserva remunerada ou reformados quando do advento dessa lei, originando assim uma desigualdade que nos quer parecer algo injusta.

Como é bastante reduzido o número de militares que não foi aquinhoados com esse benefício, a presente lei, caso aprovada, reparará a injustiça involuntariamente cometida e praticamente não trará ônus algum aos cofres públicos.

**O SR. PRESIDENTE** — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Paulo Poli. Estão inscritos para falar mais os srs. deputados, Wilson Brandão, Igo Losso, que declinaram da palavra.

Concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Chego neste momento do interior do Estado, da região do vale do Ivaí, e pude constatar nesses dias em que visitei aquela região, a preocupação naquela localidade com referência às informações, a divulgação que vem sendo feita pelo Canal 11, TV Tibagi, este conceituado canal de televisão que tem condição de divulgar e bem informar, nós pudemos ver o que é levado ao conhecimento daquele povo. Constatamos que alertavam os professores com referência à derrubada do Artigo 14, daquela lei promulgada pelo eminente deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, cuja informação foi bastante distorcida. Mas não quero dizer que vem sendo feita a distorção por aquele conceituado canal de televisão. Faria um apelo que tem assim por bem informar, que quando se tivesse uma informação como esta, em que divulgam a promulgação de uma lei, que vem beneficiar ou prejudicar os professores, em que vai um Deputado desta Casa para fazer a sua justificativa contra a promulgação daquela lei, e que é um direito que assiste, concordar e discordar, mas faria um apelo ao Canal 11, que quando isso acontecer, que também convide um outro Deputado da oposição, um a favor, outro contra, para que o povo possa bem ouvir e bem julgar à sua maneira. Diria com satisfação, que fosse convidado para uma entrevista no Canal 11, o Deputado que promulgou aquela lei, para que ele dissesse porque promulgou a lei, e para que ele justificasse os motivos, e dissesse dos benefícios que pode trazer esta lei, ao professorado.

Sabemos também nós, que na maioria dos estabelecimentos de ensino, posso citar um dos maiores estabelecimentos da minha região que é Jari-



daia do Sul, aonde tem setenta e tantos professores do Ensino Médio, e lá só cinco professores fazem parte desta congregação, só cinco têm direito a voto. Fieiram uma eleição há poucos dias naquele estabelecimento, estes cinco professores indicaram a lista triplice, dois dos quais, não tinham condições de serem nomeados porque não tinham os dois anos ainda, de nomeação para o Ensino Médio, e um único professor é que poderia ser nomeado. Então, já está garantida a nomeação daquele professor para a direção do estabelecimento. Os dois professores, talvez passariam com a vontade de indicar um outro diretor para aquele estabelecimento, mas esta lei, assegurava o direito àqueles cinco.

Já foi bem informado nesta Casa pelo ilustre deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, quando disse do novo decreto que altera completamente esta lei, é preciso que se divulgue. E eu confio no Canal 11, que levará ao conhecimento daquele povo, dando assim uma oportunidade, tanto a um deputado como ao outro, para que o povo possa melhor analisar e melhor entender.

Nós notamos também, quando divulgavam sobre a nossa Constituição, votada há poucos dias nesta Casa. Analisar os fatos e as alterações e a emenda que foi aprovada, quando o Canal 11, tem assim condições e vontade de bem orientar o povo, porque não chamar-se o relator desta Constituição, para que prestasse um esclarecimento, como foi feita esta emenda, por que? Esta é uma maneira pela qual o povo tomaria conhecimento da realidade. Nós estamos assistindo naquela região, a preocupação de todo o mundo, desorientado, sem saber se o Governo está certo ou errado. Isto porque não há uma divulgação correta.

Faria um apelo para que nessa oportunidade se ouvisse os prós e contras, para que fosse feita uma análise mais perfeita.

Levo ao conhecimento desta Casa que estou preparado para, amanhã, encaminhar um projeto de lei em que se assegura aos alunos que concluem o curso de Filosofia nas Faculdades autorizadas pelo Govrno do Estado, e os alunos, ao concluírem o curso nestas Faculdades, que ainda não foram reconhecidas, para que tenham uma garantia, para que possam entrar no estabelecimento de ensino, como licenciados. Como se a Faculdade estivesse reconhecida, para que esse reconhecimento, uma vez autorizado pelo Estado, também seja reconhecido em nosso Estado.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao srs. deputados João Mansur, Armando Queiroz e Erondy Silvério, que declinam.

Concedo a palavra ao sr. deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupo hoje a tribuna desta Casa, para justificar o requerimento que apresentarei à Mesa, relativo à solicitação de incentivos aos fabricantes de máquinas de descorticar rami.

Sábado último tivemos oportunidade de participar da abertura do 20a. Exposição Agrícola, realizada em Uraí, numa promoção do Clube Esportivo e Cultural Uraíense.

Aquela Exposição foi altamente prestigiada pelo exmo. sr. secretário dos Negócios da Agricultura, do Estado do Paraná, dr. Carlos Ozório e do Presidente da Café do Paraná, dr. Ivo Meireles e outras autoridades.

Naquela oportunidade, os lavradores tiveram a satisfação de apresentar o trabalho árduo do homem da lavoura, com como a pujança de toda aquela região, através da exposição de seus produtos. E, destaque todo especial foi feito ao rami, já que aquele município é considerado o maior produtor desta fibra.

Entretanto, nós tivemos a oportunidade de observar a preocupação das



autoridades e também das ramicultores, no que diz respeito aos problemas que surgem com a retirada da fibra do rami. Por esse motivo então, nós apresentamos à Mesa o seguinte requerimento: (Lê)  
Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, de acôrdo com o Regimento Interno, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios à Secretaria da Agricultura e Café do Paraná solicitando que êsses órgãos incentivem, prestando assistência de técnica e concedendo financiamentos, aos fabricantes de máquina modernas de descorticar rami, que ofereçam menores riscos de operação.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

(a) **Borsari Netto**

**JUSTIFICATIVA:**

As máquinas convencionais, normalmente empregadas para descorticar rami, oferecem grandes riscos ao operadores.

Os acidentes, que trazem como consequências para os operadores a perda das mãos ou braços, ocorrem com a frequência anual de 3% a 5% dos homens que trabalham diretamente nas máquinas.

Diversas firmas, em nosso Estado, procuram desenvolver a fabricação de máquinas modernas, que não façam riscos aos trabalhadores. Algumas dessas máquinas dão como resultados altas produções com fibras de qualidade inferior ou então fibras de boa qualidade mas com baixas produções.

Ao notarmos, em geral, a falta de incentivo à pesquisa e o correspondente apoio financeiro para o setor, é que entendemos plenamente justificado o nosso requerimento.

O atendimento à solicitação virá de encontro, sem dúvida, além das razões de ordem humanas, às aspirações dos ramicultores paranaenses, que detêm, hoje, a posição de maiores produtores de rami do mundo".

"O Deputado que o presente subscreve, de acôrdo com o Regimento Interno, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios à Secretaria da Agricultura e Café do Paraná, solicitando que êsses órgãos incentivem, prestando assistência técnica e concedendo financiamentos, os fabricantes de máquinas modernas de descorticar rami, que ofereçam menores riscos de operação".

Sr. Presidente, justificamos tal requerimento, baseados no seguinte: "As máquinas convencionais, normalmente empregadas para descorticar rami, oferecem grandes riscos aos operadores.

Os acidentes, que trazem como consequências para os operadores a perda das mãos ou braços, ocorrem com a frequência anual de 3% a 5% dos homens que trabalham diretamente nas máquinas.

Diversas firmas, em nosso Estado, procuram desenvolver a fabricação de máquinas modernas, que não ofereçam riscos aos trabalhadores. Algumas dessas máquinas dão como resultados altas produções com fibras de qualidade inferior ou então fibras de boa qualidade, mas com baixas produções.

Ao notarmos, em geral, a falta de incentivo à pesquisa e o correspondente apoio financeiro para o setor, é que entendemos plenamente justificado o nosso requerimento.

O atendimento à solicitação virá de encontro, sem dúvida, além das razões de ordem humanas, às aspirações dos ramicultores paranaenses, que detêm, hoje, a posição de maiores produtores de rami do mundo".

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já em outra oportunidade viemos à tribuna e hoje voltamos a assunto pa-



ralelo, porque aqui viemos falar da grande movimentação da loteria esportiva, com cerca de sete a oito milhões de brasileiros fazendo seus palpites havendo, em consequência, um levantamento grande da economia em todo o interior brasileiro. Muitos deixaram de fazer uma compra para poder tentar a sorte na loteria esportiva.

Hoje aqui estamos para dizer de outro assunto que notamos no interior do Paraná. O Norte do Paraná está sendo descapitalizado. Grande percentual das finanças da região está sendo carregado para os fundos de investimentos ou aplicado em ações. Com o avanço quase inevitável que o mercado de capitais sofreu quase que da noite para o dia, os demais negócios do Norte do Paraná ficaram quase que paralisados, principalmente o ramo imobiliário. Muita gente querendo vender o que possui e poucos querendo comprar, porque a preferência vem sendo, de forma extraordinária, para o negócio de capitais e ações.

As vendas comerciais também estão caindo, havendo uma grande grita por parte do comércio interiorano.

Tôdas as aplicações nos fundos imobiliários hoje estão apresentando um rendimento notável, porém alguns aplicadores mais humildes acabam fazendo má aplicação de sua economia, isto é, compram ações que dão pouco rendimento.

Não viemos à esta tribuna para condenar o mercado de capitais, porque ele é, hoje, o melhor negócio do Brasil, e quem sabe, do próprio mundo.

Mas, queremos alertar os poderes superiores do País para que, futuramente, o interior brasileiro não seja prejudicado com essa descapitalização que está tomando conta dos investidores. Alguns fazem até cálculos malucos da fortuna que poderão ganhar no mercado de capitais. E, na realidade, o dinheiro do interior está sendo enviado para os grandes centros, havendo reflexos negativos nas transações comerciais. E isto ocorre principalmente no Norte do Paraná. Alguns investimentos, como dissemos, alcançam rendimento até superior ao que esperavam, enquanto o comércio vem sofrendo, e sofrerá, com a queda do movimento normal.

Viemos à tribuna com o propósito de colaborar com esta análise que traduz a realidade uem sabe não apenas do Norte do Paraná, mas de todo o interior brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra o nobre Deputado que resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Obrigado. Mas, srs. Deputados, os maiores fundos de investimento são das grandes capitais, e, consequentemente, vemos a evasão do dinheiro interiorano para os grandes centros.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Foi com muito prazer que assistimos a inauguração do serviço de abastecimento de água em União da Vitória e Pôrto União, em nome da Assembléia Legislativa, pois que fomos designados para representar este Poder.

Para nós foi motivo de regozijo assistirmos aqueles dois municípios, de dois Estados, organizarem um serviço de comum acôrdo para o abastecimento de água em suas cidades.

Peço, sr. Presidente, que fique consignado este meu voto de regozijo por este acontecimento. Agradeço também à Fundação de Serviço Especial do Ministério da Saúde, a contribuição que houve por bem designar para aqueles dois municípios, através do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao deputado Antônio Lopes Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há poucos instantes, estêve aqui, nesta tribuna, o nobre deputado de Londrina, Antônio Belinati, e esboçou, em linhas gerais, um assunto que deve ser meditado por todos, porque constitui um problema para o futuro que não está longe, um problema para o vasto interior brasileiro.

Por êste motivo, quero aproveitar a oportunidade do Grande Expediente, para abordar êste tema tão importante, tão comentado, tão falado, mas que, infelizmente, pouca gente entende dêle: é o municipalismo. Municipalismo, principalmente nesta Casa, cuja maioria de seus integrantes veio das Prefeituras Municipais do interior, ou das Câmaras Municipais, deve constituir assunto da maior relevância.

Efetivamente, sr. Presidente, srs. Deputados, fala-se demasiadamente em municipalismo, mas poucos, muito poucos se interessam em estudar e aplicar onde residem, ou de onde vieram, ou onde fizeram suas fortunas, o verdadeiro, o autêntico municipalismo.

Nós vemos, e quantas e quantas temos encontrado, pessoas que chegaram em pleno sertão paranaense, que foram, talvez, a primeira pessoa a desbravar o sertão daquela cidade e hoje, 20 a 30 annos depois, vêem com lágrimas nos olhos, com dor no coração, aos poucos, o despovoamento daquela cidade que viram crescer, daquela cidade que ajudaram a crescer. Há muita gente que grita que falta uma faculdade na sua cidade para que ela não morra. Outros gritam que é preciso, urgentemente o asfaltamento de uma estrada, outros clamam que falta uma indústria, faltam as grandes empresas comerciais que possam dar emprêgo a centenas e centenas de jovens que fazem o ginásio e não têm mais o que fazer e nem o que estudar.

No entanto, êsses mesmos ue assim gritam e assim proclamam, são os primeiros a desfazer com atos aquilo que proclamam com palavras.

É por êste motivo, sr. Presidente, srs. Deputados, que tenho dito sempre nesta Casa e repito que o maior de todos os discursos é o exemplo, porque de nada adianta falar, se a pessoa que fala, que doutrina, que dirige sua palavra ao povo, não tem condições de dar exemplos a êsse mesmo povo.

Na realidade, o Município é a grande realidade brasileira, porque é dentro do município que nós nascemos, é dentro do município que nós engatinhamos, que ficamos em pé; é dentro do município que nós aprendemos a balbuciar as primeiras palavras; é dentro do município que nós, um dia, vamos para a escola, talvez chorando, e aprendemos as primeiras letras; é dentro do município que vamos crescendo, que sentimos a barba apontar em nosso rosto e que um dia encontramos aquela que vai nos acompanhar por tôda a vida, nós casamos.

Constituímos família, vimos nossos filhos surgirem, tudo dentro do município. É dentro do município que nós sofremos os maiores sofrimentos, mas temos também as maiores alegrias. É dentro do município que nós enfrentamos as maiores dificuldades, mas temos também as grandes vitórias.

É dentro do município, caríssimos ouvintes, que um dia, dia a que ninguém falta, nem ricos nem pobres, nem grandes nem pequenos, nem brancos em pretos, um dia nós morremos. Então seremos conduzidos pelos nossos amigos pelas ruas da cidade, pelas ruas de nosso município.

Portanto, nenhuma realidade é maior que o município. Por isso é que é considerado célula mater da sociedade e deve merecer o trabalho, o sacrifício, o estudo de todos nós.

É uma grande verdade também que uma Pátria só será forte, se fortes forem também todos os seus municípios.

Oxalá cada município brasileiro fôsse auto suficiente a Nação brasileira.



Vivemos dentro do município como uma família. Até as pequenas brigas, as divergências que existem entre uma pessoa e outra, são as mesmas brigas, as mesmas divergências que existem entre irmãos, que existe numa família.

Caríssimos ouvintes, antes faltavam aos municípios e ao interior brasileiro a infra-estrutura, faltavam rodovias, faltava energia elétrica. É por este motivo que não posso admitir que ninguém, em sã consciência, proclame superioridade sobre as gerações passadas, sobre nossos pais, sobre nossos avós, sobre os da nossa geração, pois foram eles que enfrentaram os mais duros sacrifícios do interior, e criaram cidades. Pagavam eles a taxa de eletricidade em todas as compras que faziam, até os mendigos pagavam, mas tinham como única luz a luz do vagalume; pagavam eles a taxa rodoviária mas não tinham estradas. Foram eles que construíram a grandeza nacional e por isto merecem nosso respeito e o acatamento de todos nós. Eles lutaram e sofreram. Muitos nasceram e morreram por lá, no mais fundo sertão paranaense, no mais fundo sertão brasileiro.

Em 1964 surgiu, com a Revolução, um grande brasileiro que compreendeu o drama dos municípios brasileiros, o marechal Castelo Branco, e que possibilitou a que todos os municípios tivessem desfôgo financeiro. Através a criação do ICM, os municípios brasileiros tiveram desfôgo financeiro, puderam realizar grandes e grandes obras.

Por isto a memória de Castelo Branco deveria estar presente em todas as Prefeituras do Brasil, deveria estar presente em todos os municípios brasileiros porque desejava ele ardentemente a redenção dos municípios na certeza de que, assim agindo, estaria trabalhando pela redenção do Brasil. Nunca os municípios brasileiros tiveram tanta fartura em dinheiro como naquela época. Mas, infelizmente, sr. Presidente, srs. Deputados, os homens públicos, na sua grande maioria, não estavam preparados para isto. Por este motivo é que, mais uma vez, proclamo a necessidade de se criar o Instituto Superior de Ciências Políticas para formar homens adequados ao exercício dos cargos de Vereador, Prefeito, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores. Não podemos ser improvisados, temos que ser formados para isto. O homem público deve construir. É necessário que ele entenda que pode construir o edifício do seu interesse pessoal na areia movediça, enquanto que deve construir o interesse do povo, da comunidade da pátria brasileira sobre a rocha firme. É assim que devem pensar todos os homens públicos.

Mas, infelizmente, como ia dizendo, maioria dos Prefeitos, a maioria dos Vereadores não compreendeu a idéia do marechal Castelo Branco e porque tinham dinheiro com fartura não trataram os Prefeitos e Vereadores de estruturar seus Municípios, não trataram de estruturar a água e esgoto em seus municípios, calçamento adequado, rodovias bem feitas para as colônias, para que pudessem retirar de lá os seus produtos. Houve uma verdadeira confusão em tudo isso, muitos e muitos prefeitos se perderam na grandiosidade da fartura que lhes era dada, pelo primeiro Governo da Revolução. E vieram os gastos desordenados, nós vimos aqui no Paraná, mesmo na Capital do Estado, Prefeitos que mais moravam em Curitiba do que em seu próprio município. E aqui permaneciam pelo espaço de 20 ou 30 dias hospedados, compravam automóveis de luxo, queriam a todo o custo gastar o dinheiro do povo, dando uma demonstração da grandeza do seu município, gastando bastante, e foi o que causou uma verdadeira desgraça em muitos dos municípios. Nós vimos a demagogia eleitoral, por parte de vários prefeitos, que na ansiedade de se candidatarem a deputado estadual, nada mais faziam do que desmoralizar totalmente a administração pública do seu município. Quantas e quantas cidades por este Paraná afora, que visitamos e vimos que foram asfaltadas às pressas, sem ter água nem esgoto, porque estava próxima a campanha eleitoral e os srs. prefeitos eram candidatos a deputados estadual.



E veio outro prefeito, este Prefeito também com a mesma necessidade de aparecer, arrebentou o asfalto da cidade, construiu água e esgoto, e asfaltou toda a cidade. Agora por certo nesta cidade, virá outro prefeito que vai arrebentar novamente o asfalto para trazer esgoto, como se o serviço público fôsse uma brincadeira, como se o serviço público estivesse nas suas mãos, para que dirigisse como bem entendesse.

Quantos e quantos municípios que visitamos, que na ansiedade de gastar o dinheiro do povo, fazem fontes luminosas, mas não tinham calçamento nem água e esgoto, nem escolas.

Quantos municípios que iluminaram suas cidades, até em zonas não aruadas com luz à mercúrio, que passou inclusive a ser uma febre dos prefeitos do interior. Mas na sua cidade, não tinha higiene, a vida sanitária da cidade não existia. A cidade estava em decadência apesar da luz a mercúrio.

Sr. Presidente e srs. Deputados, porisso considero mais este problema como um problema de educação, a educação está acima de qualquer coisa. E é por este motivo que temos louvado a atitude do presidente Médici e do sr. ministro Jarbas Passarinho, que estão colocando como meta prioritária, a educação do País.

Mas é preciso não confundir educação com instrução, é uma confusão que muita gente instruída faz, mas que não é adequada, oxalá, todo educado fôsse instruído, assim teríamos homens preparados para as lutas da vida.

Sr. Presidente e srs. Deputados, eu quero, aproveitar a oportunidade, relatar um fato verificado num lugarejo do interior paranaense, para provar que a educação é a base de tudo, é preciso que se dê a máxima importância ao fator educacional. Ela está acima da saúde, ela está acima de qualquer coisa. Verifiquei num vilarejo do interior, por exemplo, que a verminose tinha uma incidência formidável. Noventa por cento da população lugareja estava com verminose. Eu observei uma família, aliás, uma família para dizer, srs. da sua condição financeira, tinha um caminhão e tinha um automóvel; uma pessoa do mato que tem dois veículos, é porque tem alguma condição financeira. E este homem preocupava-se com a sua família, por este motivo procurou constantemente o médico da cidade. E o médico dava vermífugo, remédio contra a verminose mas ela não desaparecia. Alguém lhe disse que o problema era de veterinário porque ele tinha muito gado, porcos e a verminose se transmitia através dos animais. Ele foi à cidade e trouxe um veterinário; o veterinário curou os animais e o problema continuava. Por que continuava? Porque lhes faltava a necessária educação sanitária.

Como é comum no interior esse problema; havia uma fossa para uso da família acima do mangueirão dos porcos; um transmitia ao outro o problema da verminose. Porisso é preciso que a educação seja encarada com a máxima responsabilidade, por governantes. E, não só por governantes, mas por todos aqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade, porque o problema é de todos nós.

Mas, continuando, no drama dos municípios, cujas pinceladas rápidas, o deputado Belinati deu há pouco. Devo dizer que na minha zona, por exemplo, que foi uma zona de extração de madeira, e foram cidades que tiveram um impulso extraordinário que eu vejo hoje aqui na Capital, prédios luxuosos, palacetes de pessoas que vieram de lá, dessas cidadezinhas, que ganharam a vida montando serrarias. Serrarias que devastaram os pinheirais. Depois de devastados os pinheirais, arrancaram até as casas dos operários, ali onde moravam e restou um montão de serragem, apenas a lembrança da serraria que existiu um dia. Quantas e quantas pessoas que partem das pequenas cidades em busca de melhores dias, na Capital. Aquelas que têm algumas posses, vêm gastá-las aqui e aqueles que não têm, vêm aumentar o número de marginais que estão por aí nas malocas.



E agora temos um grande problema, justamente êsse abordado há pouco desta tribuna, é o problema da descapitalização das cidades do interior.

Ertão, verificamos que além da educação, falta o amor à terra natal. Amor à terra onde se vive. E vemos então muita gente que tem algum capital, que poderia montar uma indústria, que poderia movimentar um comércio para dar emprêgo à juventude que precisa de trabalho, aplica na Bôlsa. Compram letras de câmbio; empregam nos fundos e os fundos giram, para movimentar indústrias e comércios das grandes capitais, do asfalto e do cimento armado.

Enquanto isso, vai se descapitalizando cada vez mais o interior; as companhias de seguro, o INPS que não retribui nem a metade do que arrecada no vasto interior. Falta amor à terra. Se porventura, cada um daqueles que reclamam que a sua cidade está acabando, precisa disto ou daquilo, se lembrasse que deveria se unir a outros amigos e companheiros e montar uma indústria, para movimentar a própria lavoura, teria o progresso e o entusiasmo voltaria a reinar na sua cidade.

Vemos, numa vasta região em que se planta trigo, quais os moinhos de trigo que existem por ali? Vemos, numa grande região de pecuária, quais os frigoríficos de importância que estão ali para exportar mercadoria para todo o Brasil e para o estrangeiro, se possível? Não existem. Numa cidade do interior onde dá em abundância todo o tipo de frutas, porque não se programam fábricas de enlatados, fábricas de compotas? Que absurdo compramos marmelada, por exemplo, de São Paulo; pêssegos em compota do Rio Grande do Sul e São Paulo, quando temos muitas e muitas cidades que produzem êstes frutos e que poderiam ser municípios exportadores e não importadores? O muito, se diz, faz-se com o pouco de cada um. A Sociedade Anônima deveria ser, no interior, a grande salvação. As Cooperativas e a Sociedade Anônima. Mas para isto é preciso que haja amor e patriotismo e sentido idealizador para que não se formem Sociedades Anônimas com o desejo de fraudar o semelhante, fraudar os que incautamente compram ações no instante em que as fábricas estão periclitando e não sabe se vai ter vitória ou não. No instante em que a empresa começa a progredir a dar frutos, o que se costuma fazer? Funda-se ao lado uma Sociedade Limitada para beneficiar apenas alguns. É o desestímulo da compra de ações das Sociedades Anônimas do interior. É porisso que aplicam em grandes empresas, de grandes cidades.

Aí está, em linhas gerais, alguma coisa de um grande problema que precisa ser debatido um dia com mais clareza e mais profundidade nesta Casa. Os municípios brasileiros precisam se restaurar em sua grandeza, precisam se preparar para sua grande missão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Declino, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Sebastião Rodrigues.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na última sexta-feira tive a oportunidade de debater durante longo tem-



po com um companheiro da Assembléia Legislativa de São Paulo, a respeito do Regimento Interno desta Assembléia. A Comissão é presidida pelo eminente deputado Armando Queiroz e na mesma tenho a honra de representar o MDB. O colega de São Paulo, Joaquim Del Bosco Amaral, representa o MDB na Comissão que trata do Regimento Interno da Casa.

Em outra oportunidade, desta tribuna, tivemos o ensejo de abordar certos aspectos dêste Regimento. E aproveitamos a oportunidade para fazer com que os eminentes Deputados, que compõem esta Casa, meditem e de toda forma procurem apresentar subsídios à Comissão para que, com um Regimento objetivo e racional, possa o Legislativo paranaense alcançar o lugar de destaque entre os Podêres, e que inegavelmente lhe pertence.

Um dos pontos que gostaríamos que os srs. Deputados meditassem e trouxessem subsídios diz respeito à possibilidade de, a exemplo do que ocorre no Parlamento Inglês, onde os Ministros podem assistir às sessões e fornecer informações necessárias, inclusive nos pontos subjetivos, talvez fôsse interessante incluirmos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa a possibilidade dos srs. Secretários de Estado virem conosco participar destas sessões, de uma maneira informal, sem que se exija suas presenças através de pedidos de informações, ou de requerimentos aprovados pela maioria do Plenário, e aqui prestarem esclarecimentos.

Acredito que seria interessante a presença, à miúdo, dos srs. Secretários de Estado. Porque, muitas vezes, a atitude de terminado Secretário é abordada sem que tenhamos conhecimento total daquilo que está sendo feito; outras vezes, defende-se titulares sem que o orador tenha plena convicção do que está falando. E a presença dos titulares das Pastas viriam nos prestar esclarecimentos sobre o que está sendo realizado nas diversas Secretarias.

Outro aspecto que julgamos interessante, srs. Deputados, é a participação dos Deputados nos problemas do Estado, uma participação prática. Por exemplo, a visita dos Deputados à COPEL, conhecendo a obra que está sendo realizada naquele setor de eletrificação do Paraná. E, se fôr possível, que os srs. Deputados tivessem a oportunidade de conhecer as obras mais expressivas da COPEL, como Salto Osório, Usina Capivari-Cachoeira, que, creio, já é conhecida pela maioria dos srs. Deputados.

E o mesmo deveria ser feito em relação aos demais órgãos do Estado.

Poderíamos, por exemplo, também fazer uma visita ao Norte Pioneiro, sentir seus problemas que já nos são trazidos pelos srs. Deputados representantes da região. Porém, para que os srs. Deputados tivessem não apenas o conhecimento regional, mas o conhecimento de forma global dos problemas. Assim, todos unidos, ARENA e MDB, iríamos buscar as soluções ideais para os problemas do Paraná.

Era êste assunto que me trouxe à tribuna, na tarde de hoje, pedindo aos srs. Deputados que, com suas inteligências, com suas luzes, possam colaborar com a Comissão de Reforma ao Regimento Interno.

O sr. Antônio Lopes Júnior. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, na qualidade de Presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno, quero congratular-me com V. Exa. pelas idéias que acaba de expender.

Na verdade, a nossa Comissão pretende dar um sentido de verdadeira reforma administrativa ao Regimento Interno da Casa, não apenas atualizando-o em alguns textos, aqueles que estão completamente fora de órbita.

E para isso vamos, dentro de alguns dias, conhecer de perto o funcionamento de algumas Assembléias Legislativas e da própria Câmara Federal, procurando adaptar o nosso Regimento à realidade dos tempos presentes, para que o Legislativo do Paraná assuma o papel que lhe compete dentro da dinâmica dos tempos modernos.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte do ilustre deputado An-



tônio Lopes Júnior, presidente da Comissão de Reforma do Regimento Interno. Mas, o que eu pediria, nobre Deputado, é que todos os Deputados com assento nesta Casa se conscientizassem da necessidade do Regimento Interno dar condições aos legisladores participarem, de uma forma prática e objetiva, dos principais problemas que afligem as comunidades paranaenses. Porque assim, os srs. Deputados, poderão participar, na condição de representantes do povo, na solução dos problemas de todo o Estado, para que possam, acima de tudo, participar das reivindicações de todas as regiões do Estado, e tenham uma visão global de todos os problemas e da necessidade racional e prioritária de suas soluções em todo o território paranaense.

O segundo assunto que nos traz a esta tribuna, é participarmos à Casa que estivemos presentes, ontem, no bairro da "Boa Vista", em Curitiba, onde assistimos o início dos trabalhos da construção da sede própria da Escola denominada "Boa Vista" organizada pelo Centro Tifológico Paranaense, cujo objetivo fundamental é dar condições e possibilidades de recuperação a pessoas que não têm o privilégio de ver.

O trabalho é magnífico. Temos certeza de que todos os srs. Deputados hão de participar, com sua colaboração, desse empreendimento, que não visa apenas atender as crianças com deficiência visual da Capital do Estado, mas de todo o Paraná.

É mais um assunto que deve merecer a atenção de todos e que será objeto de um trabalho que dentro de alguns dias pretendemos apresentar a esta Casa. É justamente o setor de Assistência aos Excepcionais, que vem sendo prestada através da Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio do Governo do Estado.

Infelizmente, o que faz representa uma gota d'água no oceano. Existem, e as estatísticas comprovam, quatrocentas mil crianças excepcionais no Paraná. Dessas, apenas duas mil recebem assistência por parte de entidades particulares, muitas delas quase todas, subvencionadas pelo Estado, mas subverção essa que não chega sequer a 20% das suas reais necessidades.

Por aí se vê a violência desse quadro que trouxemos à Casa na tarde de hoje: de quatrocentas mil crianças excepcionais, apenas duas mil recebem assistência por parte do Estado.

Seria preciso que esta Casa desse meios e condições legais para que o Governo através do Poder Executivo, pudesse oferecer melhor atendimento a essas crianças, porque é muito melhor se recuperar o excepcional, para que ele participe ativamente da vida comunitária, do que, através de anos e anos, dar condições paternalistas para que o excepcional acesse sua existência.

Esse assunto é da mais alta relevância e esperamos também contar com a participação e inteligência de toda Casa, quando da apresentação de um projeto que pretendemos trazer ainda esta semana.

Eram essas participações que desejava fazer à Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra ao sexto orador inscrito, sr. deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra ao sétimo orador inscrito, sr. deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra ao oitavo orador inscrito, sr. deputado Wilson Brandão. (Pausa). Não se encontrando presente o sr. deputado Wilson Brandão, concedo a palavra ao nono orador, sr. deputado Eron-dy Silvério.



O SR. ERONDY SILVERIO — Muito obrigado pela distinção, mas de-  
ciho da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o décimo orador inscrito, sr.  
deputado Igo Iwant Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): — “Quando em 1958, iniciei minha vida pública como Vereador  
à Câmara Municipal de Curitiba, fiz um discurso no qual definia minha  
atuação parlamentar naquela Casa e também nas subsequentes funções ele-  
tivas que viesse assumir. Aquêles meu pronunciamento, era a reafirmação de  
um programa de ação previamente elaborado, que vem sendo seguido co-  
mo diretriz em minha vida pública.

Eleito pela primeira vez como Deputado Estadual, novamente assumia  
a tribuna para reafirmar minha atuação serena, equilibrada e objetiva, re-  
gistrada nos Anais desta Casa, constante do “Diário da Assembléia” n. 913,  
de 07 de março de 1963.

Naquele pronunciamento que fiz, antes da Revolução de 1964, descrevi  
a triste situação imperante à época e concitei a união de todos os homens  
de bem, em favor de atuações positivas que pudessem superar àquêles que  
detendo o poder, queriam lançar nossa Pátria no descaminho, na desgra-  
ça de um regime anti-cristão e ateu.

Alegramo-nos logo depois com a levantada heróica destas forças posi-  
tivas, que representando a unidade de civis e militares, pôs por terra a in-  
vestida dos agitadores e baderneiros.

Hoje, aqui retorno para, lembrando aquêles “introito”, dar ciência à  
Casa, das diretrizes que ali expus e que tem servido a minha conduta co-  
mo homem público.

Dizia eu então, “que os homens de bem tem que ter sempre suas li-  
nhas claramente definidas”, razão pela qual sempre entendi ser absoluta-  
mente necessário e imprescindível, um prévio traçado de atuação.

Na minha afirmativa, registrei sinteticamente:

a) — O meu propósito de combater veementemente os métodos conde-  
veis do mercadejamento de consciências, as prejudiciais barganhas no pro-  
cesso eleitoral, que hoje, graças a Deus e às autoridades competentes, está  
quase extirpado;

b) — O meu propósito de atuar sempre acertadamente, mas se errar,  
como contingência humana, saber reconhecer o erro e corrigi-lo humil-  
damente;

c) — O meu propósito de inflexibilidade e irreducibilidade, na defesa do  
justo e razoável, como o reflexo da própria opinião pública do povo que  
represento no seu mais alto sentido cristão e humano;

d) — O meu propósito de não aceitar pressões de espécie alguma, par-  
ta de onde partirem, para alterar o meu princípio de consciência ou a  
verdade da qual eu esteja convencido, para o bem comum;

e) — O meu propósito de não participar de debates demagógicos e sem  
consistência, que nada produzam, senão o desperdício do curto espaço de  
tempo que dispomos;

f) — o meu propósito de defesa intransigente dos postulados bíblicos,  
como normas da perfeita vivência humana onde encontramos tôdas as so-  
luções aos problemas sociais sob o respaldo da inspiração divina;

g) — O meu propósito de estar sempre com a consciência tranquila  
no sagrado cumprimento de meu dever, agindo sempre com nossas pala-  
vras e atos, jamais silenciando que se faz necessário nossa palavra, nos-  
sa opinião;

h) — O meu propósito de atuar estudando, votando, tôdas as mensa-  
gens, projetos ou qualquer proposição, dando meu voto somente depois de  
devidamente convencido da conveniência ou não da matéria”;

I) O meu propósito de trabalhar sempre com o melhor espírito de



companheirismo, lealdade e dedicação, sempre com os olhos voltados aos céus, pedindo a constante inspiração sobre nossos trabalhos comuns.

j) Lutando finalmente, pela conservação dos princípios divinos na estrutura social, princípios estes outorgados por Deus, aos homens, para a sua própria felicidade, contra as forças reacionárias, quer da esquerda como da direita, pois uma é tão prejudicial tanto quanto a outra; lutando pelo bem contra o mal; pela moralidade contra a imoralidade pela fraternidade e compreensão, contra anarquia e desordens, pelo progresso e felicidade do povo, na sua integração nacional;

k) Dentro deste espírito de luta e dentro do meu irrestrito apoio ao exmo. dr. Haroldo Leon Peres, digno Governador de todo o Paraná, poderá contar S. Exa. com o nosso trabalho e disposição em prol de um Paraná cada vez maior.

Estes princípios foram também base para o pronunciamento que fiz no início de meu segundo mandato, publicado no "Diário da Assembléia" nr. 1817, cujo pronunciamento mereceu a melhor análise por parte dos ilustres colegas, que através dos apartes manifestaram suas opiniões a respeito. Hoje, sinteticamente, faço esta exposição, para que os srs. Deputados, ilustres colegas, conheçam as linhas gerais do meu trabalho, que até aqui tem sido reconhecido pelo povo em geral e particularmente pelo povo evangélico, cujo pensamento tenho representado com orgulho nesta augusta Casa, por mais de oito anos.

Mas, hoje, sr. Presidente srs. Deputados quero analisar um assunto que está monopolizando as atenções do professorado diante de insistentes noticiários que se estão verificando nos últimos dias.

Ainda ontem, por esta mesma imprensa, tomamos conhecimento que a matéria seria debatida por um grupo de professores, que provindos de um grande número de municípios do interior, fariam uma assembléia para debater o assunto referente à revogação do Art. 14 da lei n. 5.871 de 6 de novembro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério do Estado do Paraná.

Em todos os noticiários incisivos que vêm sendo divulgado, instiga-se o professorado contra esta Casa e alguns dos srs. Deputados, sob a alegação de que houve a abolição da lista tríplice para a escolha da direção dos estabelecimentos do Ensino Primário e Médio. Sobre este assunto, tem-se escrito e falado bastante razão pela qual, interessou-me a matéria que foi objeto de um estudo demorado de minha parte, para que assim pudesse estar preparado, em dar minha palavra apoiando ou deixando de apoiar tal movimento.

Inicialmente, devo afirmar, de que sou forte adepto de que o ensino tenha as suas diretrizes próprias e independentes, com a valorização do professor melhor categorizado para as direções dos estabelecimentos educacionais de qualquer grau. Nesta análise, creio não só devam ser considerados os cursos que o professor tenha realizado, mas outros méritos que se afigurem sua capacidade administrativa, psicológica, e o seu espírito público manifesto em sua atuação no campo das relações públicas. Cai porque, realizei um estudo preliminar, dentro do qual obtive em audiência com o exmo. sr. Secretário de Educação e Cultura, prof. Haroldo Carvalhido, de quem também obtive dados, que me convenceram do seguinte:

II — Não houve nenhuma revogação da lista tríplice ao se tornar sem efeito o Art. 14 do Estatuto do Magistério. O que houve isto sim, foi a revogação do tempo fixo de três anos. É o que observamos da leitura do texto que diz claramente:

"Os provimentos do cargo de direção ou encargo de direção mediante gratificação de função para exercício em estabelecimento de ensino, é feito pelo prazo certo de três anos ressalvadas as disposições próprias da educação de grau superior".



Vê-se claramente de que não existe nenhuma revogação de lista tríplice a que tanto se propala.

2) — A lista tríplice para os cargos de direção nos estabelecimentos de Ensino Primário e Médio, simplesmente **não existe**, no Estatuto do Magistério Público, e ela não é prevista senão para cargos de provimento em comissão; é o cargo de diretor de um grupo ou ginásio é provido mediante **função gratificada**.

Isto que aqui afirmamos está claramente disposto no artigo 12 da referida Lei n. 5.871, onde encontramos:

“Art. 12.o — Os cargos de provimento em comissão compreendem:

I — Cargos de Direção superior e intermediária;

II — Cargos de outra natureza.

§ 1.o — Os cargos de direção superior e de direção intermediária são providos em comissão pelo Chefe do Poder Executivo mediante lista tríplice ou livre escolha, conforme o caso, por proposta do Secretário de Educação e Cultura, os primeiros dentre pessoas que satisfaça, os requisitos para a investidura do Magistério Público, bem como possuam experiência administrativa e competência notórias, os segundos, dentre professores que tenham dado provas da eficiência e capacidade profissional.

Diante do artigo que agora lemos, não podemos confundir cargo em comissão com função gratificada, porque ambos são plenamente distintos.

Agora caracterizemos os cargos de provimento em Comissão, previsto no item I e parágrafo 1.o.

Item I.o a) **Cargos de direção Superior:** são os Diretores de Departamentos;

b) — **Cargos de direção intermediária:** são os diretores de divisão e Inspeções Regionais;

Item II.o — Cargos de outra natureza, não são cargos que exigem lista tríplice.

Onde está a obrigatoriedade para lista tríplice nos cargos de direção de estabelecimentos educacionais? É a pergunta.

Continuando ainda, se admitíssemos como na verdade o foi até recentemente, a validade da lista tríplice constante nos Artigos 4.o e 5.o do Decreto n. 14.342, tornando-se outro caminho, ele também estaria revogado pelo então governador Paulo Pimentel e Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, através do Decreto n. 15.239, que alterou os artigos 12, 13 e 14 do Regulamento de Provimento de cargos de Direção de Estabelecimentos de Ensino Primário, quando deu nova sistemática ao provimento daqueles cargos, onde lemos; no parágrafo 1.o do artigo 14:

“Recebida a nova lista tríplice o Secretário da Educação e Cultura poderá, ainda deixar de acatá-la se assim considerar no interesse da administração, quando então nomeará, de sua livre escolha, Diretor do estabelecimento, dentre aqueles que preenchem os requisitos estabelecidos do artigo 6, e na Resolução n. 45-67, do Conselho Estadual de Educação.

E no parágrafo 2.o — Decorrido 1 (um) ano da nomeação do Diretor, nos termos do parágrafo anterior, a Congregação do estabelecimento de ensino voltará a se reunir para a constituição de nova lista tríplice, obedecendo as disposições deste Decreto”.

Conclui-se daí, sr. Presidente, srs. Deputados, que a lista tríplice estaria de qualquer maneira revogada, se admitidos fôssem os dois decretos no que diz respeito à matéria em debate.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não desejava, sr. Deputado, oferecer aparte ao seu brilhante discurso que analisa o problema do provimento dos cargos de direção em estabelecimentos de ensino. Entretanto, também não posso silenciar quando V. Exa. afirma que a derrogação do Estatuto do Magistério, com a extinção do Artigo 14, não implica em extinção da lista tríplice. Respeito o



seu ponto de vista, entretanto, como já afirmei em aparte anteriormente concedido, apesar do Artigo 14 não se referir à lista tríplice, o Decreto n. 14.342, de 25 de fevereiro de 1969 é um decreto que regulamenta o Artigo 14 e o Artigo 243, da Lei 5871, de 6 de novembro de 1968, Estatuto do Magistério. E no instante em que o Artigo 14 deixa de existir, evidentemente o Decreto n. 14.342 e o posterior decreto que V. Exa. acaba de ler deixam de existir. Entendo, data vênua, e salvo melhor juízo, que não existindo o Artigo 14 deixam de existir os decretos supra citados.

O SR. IGO LOSSO — Respeito a opinião de V. Exa., mas o que eles têm afirmando é que este Decreto n. 14.342, quando em sua parte legislativa, exorbitou daquilo que a Lei 5871 lhe dava o direito de fazer. Houve uma inovação. A lista tríplice deveria ser estatuída em lei. É a tese que defendo.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — A lei do Estatuto do Magistério apenas prevê um prazo de mandato de três anos. O governador Paulo Pimentel então poderia, pura e simplesmente, ter determinado à Secretaria de Educação ou então o Secretário de Educação poderia ter nomeado Diretores de estabelecimentos de ensino com mandato de três anos, ao seu bel. prazer. Então, para regular o provimento de cargos de direção é que se elaborou o decreto que não colide com a lei. Pelo contrário, regulamenta o dispositivo legal. Acho que não há irregularidade neste decreto. Se foi ilegal este decreto ou o seguinte que V. Exa. tem em mãos, já que são ilegais, porque não se deixou sem efeito o decreto, ou os decretos, ao invés do Artigo 14, que dá garantia de três anos, que é o mandato?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao Deputado que tem cinco minutos para terminar sua oração.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IGO LOSSO — Gostaria de responder ao deputado Cândido Martins de Oliveira. Depois concederei. Poderia me informar, então, porque nesta lei do Estatuto do Magistério houve a previsão de lista tríplice para cargos de provimento em Comissão e não houve a previsão de lista tríplice para a função de Direção de Estabelecimentos?

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Na época eu não era Deputado. V. Exa. votou e deve saber mais do que eu.

O SR. IGO LOSSO — De forma que V. Exa., com a resposta, reafirmou aquilo que, exatamente eu queria concluir na minha afirmativa.

O decreto não tem base jurídica, base legal em lei nenhuma para ter o seu amparo. Portanto, é absolutamente inexistente.

O sr. Ivo Tomazoni. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Igo Losso, quero crer que entendi onde V. Exa. quer chegar. V. Exa. quando se refere ao Decreto n. 14.342, que regulamenta o aplicação do Artigo 14 do Estatuto do Magistério, V. Exa. quis significar que no Artigo 14 daquele Estatuto estão configurados, com mandato de três anos, tão somente os cargos em comissão, e que, no caso, seriam os diretores intermediários entre o Secretário e os diretores dos estabelecimentos.

Quero crer que V. Exa. quis significar que no Artigo 14 não se faz menção ao preenchimento de cargos de função gratificada. Porque estes são nomeados e demissíveis "ad-nutum"; cargos de confiança e jamais poderiam ser preenchidos por tempo e prazo limitados de três anos.

Se entendi bem, V. Exa. fez menção à diferenciação entre o cargo em comissão, que é o cargo de diretor de departamento e cargos de função gratificada que são aqueles símbolo 3.F; 4.F; 5.F; etc., de designação de função gratificada para diretor de estabelecimento de Ensino Médio e Primário.

Quero ir mais longe, nobre Deputado, no Decreto n. 15.239, se não me engano, e que V. Exa. tem em mãos, muda radicalmente os termos do Decreto 14.342.



Creio que este Decreto 15.239 é o decreto que, realmente, deixou invalidada a necessidade da lista triplíce; aliás, não completamente, mas praticamente, invalida esta lista triplíce, porque, a critério do Secretário de Educação, pode aceitar a primeira indicação, ou não; pode aceitar a segunda, ou não. E não aceitando nomeia quem bem entende, pelo prazo de três anos...

O SR. IGO LOSSO — Mandato de um ano. O mandato é renovado de ano a ano.

O sr. Ivo Tomazoni. — ...desde que organizada a congregação.

Então, estou com V. Exa. E quero crer que o Artigo 14 refere-se a cargos em comissão e nunca para preenchimento de cargos de função gratificada. Estes são cargos demissíveis, são da absoluta confiança do Secretário.

O SR. IGO LOSSO — É pena que o tempo não permita que me prolongue por mais tempo.

Mas, o que quero dizer é que para que a lista triplíce tenha, na verdade, o seu efeito legal, teria que constar do Estatuto do Magistério. A lista triplíce para designação de diretor de estabelecimento de Ensino Médio e Primário, a lei, praticamente, é omissa. O que discordei e de que...

O SR. PRESIDENTE — Esta esgotado o tempo concedido a V. Exa..

O SR. IGO LOSSO — Lamento que o tempo tenha se esgotado. Mas ainda voltarei, com a devida vênia do sr. Presidente, em outra oportunidade, para prosseguir com este esclarecimento que é uma tomada de posição.

Quero ressaltar que não sou contrário que se escolha o professor melhor categorizado para direção do estabelecimento. Acho que está havendo muita confusão e necessário se faz que seja esclarecida essa confusão, e que as coisas sejam postas em seus devidos lugares, e que o nosso professorado não fique envolto nessa confusão, e venha ter aquilo que quer, o que são as normas para reger o que lhe é mais caro e que são seus direitos.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silveiro, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

**Redação Final** — do Projeto de Lei n. 103-70, cria na sede do Município de Campina da Lagoa, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Mamborê, Nova Cantu, Janiópolis e Boa Esperança. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 103-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada na sede do Município de Campina da Lagoa, uma Inspeção Regional de Ensino, também com jurisdição nos Municípios de Ubatã, Mamborê, Nova Cantu, Janiópolis e Boa Esperança.

Art. 2.º — Para o funcionamento da Inspeção Regional de Ensino criada pelo artigo anterior, ficam criados, igualmente, 1 (um) Cargo em Comissão de Inspetor Regional de Ensino, 1 (um) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Médio, e 1 (um) Cargo em Comissão de Inspetor de Ensino Primário.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.



Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de junho de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

**Maurício Fruet** — Relator

**Pinto Dias.**

**Redação Final** — do Projeto de Lei n. 148-70, autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 100,00, a Pensão Mensal concedida à viúva Izaura Silva Ribeiro. — **Aprovado.**

**3.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 286-70, de autoria do Dep. Luiz Renato Malucelli, autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Foz do Iguaçu, parte de um lote suburbano, na forma e como especifica. Pareceres da C.C.J. e C.T.I.C., **favoráveis.** — **Aprovado.**

**2.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 310-70, de autoria do Dep. David Federmann, considera de Utilidade Pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná, Sub-Seção de Ponta Grossa. Parecer **Contrário** da C.C.J.. — **Em discussão.**

Encerrada a discussão. Em votação. Os srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, V. Exa. está pondo em votação o parecer ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE — Nós estamos votando em 2.ª discussão o projeto. Em primeira discussão já foi votado **inversamente.**

Em votação. Os srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

A Mesa esclarece que está pondo em votação o projeto de lei n. 310-70, que considera de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia. Os srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, é tradição da Presidência, sempre que um projeto de lei tem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, colocá-lo em votação de maneira inversa.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Sr. Presidente, efetivamente, e praxe da Presidência colocar em ordem inversa os projetos com parecer contrário, porém, o deputado Ivo Tomazoni levanta a questão, porque, inadvertidamente, não observou que o projeto está em 2.ª discussão. E a praxe é em 1.ª discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — A pergunta tem procedência e V. Exa. perdoe minha impertinência: em primeira discussão o projeto foi rejeitado ou aprovado?

O SR. PRESIDENTE — Foi aprovado.

Em votação o Projeto de Lei n. 310-70. — **Aprovado.**

**1.ª Discussão** — do Projeto de Lei n. 223-70, de autoria do Dep. Arnaldo Busato, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Marilândia do Sul, o Distrito de Nova Amoreira, com os limites que especifica. Parecer **Contrário** da C.C.J.. — **Rejeitado.**

#### PROJETO DE LEI N. 223-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Marilândia do Sul, o Distrito de Nova Amoreira, com as divisas abaixo especificadas:

“Começa no rio das Antas, na foz do rio Piaí-Mirim, sobe por este até



sua nascente, de onde por uma linha sêca alcança a nascente do córrego Pinhalzinho, dêste ponto por uma linha Oeste Leste alcança o rio Bom, seguindo por êste acima até sua cabeceira, de onde por uma linha em sentido Sul, alcança o rio das Antas na localidade denominada Serraria do Cava, daí desce o referido rio das Antas, até alcançar a foz do rio Piaí-Mirim; ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1970.

a) Dep. Arnaldo Busato

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Nova Amoreira, que se pretende elevar a Distrito, tem aproximadamente 10.000 habitantes e 1.300 eleitores, o que na realidade, já é o suficiente para justificar o referido plano de lei.

Para isso, contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 223-70

SÚMULA: autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Marilândia do Sul, o Distrito de Nova Amoreira, com os limites que especifica.

AUTOR: Deputado Arnaldo Busato.

#### P A R E C E R

1 — Pretende o presente projeto de lei elevar o povoado de Nova Amoreira à categoria de distrito, com os limites que especifica.

2 — A Constituição Estadual (art. 106) reza que “a criação de Município, bem como, sua divisão em distritos, far-se-á mediante lei, observados os requisitos e condições da lei complementar da Constituição Federal”.

Por sua vez, a Lei Complementar n. 1, a que faz referência o texto constitucional acima, no parágrafo primeiro, do seu art. 1.º, dispõe que — “o processo de criação de município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas”.

A Lei Magna, no parágrafo único, do seu art. 14, estabeleceu que a “organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais, a criação de municípios e a respectiva divisão em distritos dependerão de lei”. Como se viu, essa lei, para sua elaboração, fica na dependência de que sejam atendidos os requisitos assentados na Lei Complementar, entre os quais cumpre ressaltar que a iniciativa é tomada mediante “representação dirigida à Assembléia Legislativa”.

O projeto em estudo é de iniciativa do ilustre Deputado Arnaldo Busato.

3 — Em razão do exposto, opinamos pela rejeição do projeto de Lei n. 223 70, por vulnerar dispositivos constitucionais.

É o parecer S.M.J.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Arthur de Souza — Igo Losso — Cândido Martins de Oliveira —

Emílio Carazzai — Gilberto Carvalho — Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 30-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Fabiano Braga Côrtes e Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de congra-



tulações ao sr. Governador do Estado, e à Diretoria da Companhia de Energia Elétrica — COPEL. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, foi lida apenas a súmula do requerimento por V. Exa sem dizer qual a razão pela qual a Casa deva aprovar voto de congratulações ao sr. Governador do Estado e aos Diretores da Copel.

Queria saber a razão antes de votar, V. Exa. leu apenas a súmula.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao sr. 1.º Secretário que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o requerimento).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Exa. determinando que o sr. 1.º Secretário fizesse a leitura de todo o requerimento.

Não iríamos votar favoravelmente porque é obrigação dos homens que desempenham as funções públicas, bem desempenhá-las." Mas, vamos votar porque a justificativa é enternecedora e merece toda nossa consideração, mesmo porque ouvimos, através do deputado Arthur de Souza, que o Governo ainda baixará mais o preço da energia. Ficamos satisfeitos com esta medida, embora saibamos que é reflexo do Governo anterior...

O Sr. Pinto Dias — Dos Governos anteriores.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ...dos Governos anteriores no setor da energia elétrica, como bem lembrou o deputado Pinto Dias, porque devemos também a Ney Braga, a construção da Usina Capivari-Cachoeira, e a sua conclusão, ao ex-governador Paulo Pimentel, possibilitando dessa forma, o excesso de energia colocada à venda, e pela pouca procura que esta energia tem tido por parte do setor industrial, força a COPEL, a baixar as tarifas de energia elétrica para a indústria; o que vemos aí, é a velha lei da oferta e da procura. Porque o que houve realmente, foi o excesso de energia colocado no mercado, que com a pouca procura, só restou um caminho, baixar seu preço, a fim de incentivar a indústria do Paraná. S. Exa. tomou pelo menos, a medida que é o caminho certo, baixar o preço da energia, a fim de oferecer mais atrativos à indústria do Paraná, e para que aqui se instale uma indústria oferecendo melhores condições neste sentido, e a fim de que num período ainda breve, possamos saltar da agricultura para o ciclo industrial. Portanto, é a justificativa enternecedora, que nos convenceu a votar favoravelmente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, nós votaremos favoravelmente ao presente requerimento porque, realmente, todas as condições devem ser proporcionadas pelo Governo, visando a indústria do nosso Estado.

E nós pretendíamos, até mesmo, discutir este requerimento com mais detalhes, porém, deveremos voltar ao assunto futuramente, porque temos um recorte do decreto assinado pelo sr. Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, cujo decreto automaticamente, barateou para todo o Brasil, o preço da energia elétrica.

Então, neste momento, quando votamos favoravelmente a este requerimento, queremos lembrar que partiu do sr. Presidente da República o decreto que veio baixar o custo de energia elétrica em todo o Brasil, principalmente para o setor industrial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento apresentado pelo deputado Fabiano Braga Côrtes e Xenofonte Villanueva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Borsari Netto, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário da Agri-



cultura e Café do Paraná, no sentido de que estes órgãos incentivem os fabricantes de máquinas modernas de descorticar rami que ofereçam menores riscos de operação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Programa Flávio Cavalcanti.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Pela ordem) Sr. Presidente  
Gostaria que V. Exa. nos informasse a razão deste pedido.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente.

Quando da instalação da sessão de hoje, ocupei a 1.ª Secretaria, e exatamente, quando o requerimento de indicação estava sendo submetido a votação e discussão, o rei não na sua íntegra, pelo sr. 2.º Secretário, para que todos os srs. Deputados tomassem conhecimento. Agora, apenas para esclarecer, além do requerimento de minha autoria, tem um outro requerimento também no mesmo sentido, subscrito pelos deputados Agnaldo Pereira Lima e Gabriel Manoel, que eu pediria a V. Exa. que colocasse em votação ao mesmo tempo, por se tratar de matéria congênere, idêntica, e visa cumprimentar aquele homem de televisão, pela campanha que ele encetou em favor dos maiores de 35 e 40 anos, de idade, facilitando o acesso aos cargos de iniciativa privada, mas, principalmente nas sociedades de economia mista. Mas, desde que existe outro requerimento do mesmo teor, oata venia do entendimento de V. Exa., solicitaria, e requeiro que sejam votados juntos.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, iríamos pedir a mesma coisa que solicitou o nobre deputado Sebastião Rodrigues, porque não estávamos presentes à sessão, no instante em que o sr. 1.º Secretário procedeu a leitura do Expediente.

Como V. Exa. leu o requerimento da seguinte forma: — Requerendo voto de aplauso desta Casa, ao programa de televisão Flávio Cavalcanti. — Eu iria votar contrariamente ao requerimento. Porque não é justo que esta Casa esteja aqui se reunindo à custa dos cofres públicos, às sessões regamente pagas pelos srs. contribuintes, para que esta Casa fique aqui requerendo votos de louvor à programas que têm o espírito, e iniciativa meramente comerciais. Os programas de televisão, sem exceção, da televisão brasileira, são comerciais e, por melhor que seja, não justificam que uma Casa Legislativa com a seriedade de uma Assembleia, esteja requerendo votos de louvor.

Existe outro requerimento também solicitando voto de louvor ao Canal 3, se não me engano, Tv. Coroados, pela promoção das festividades realizadas sábado, quando se escolheu a Senhorita que irá representar o Paraná no Concurso Miss Brasil; também é comercial, embora tenha seus méritos. Não justificava que esta Casa aprovasse um voto de louvor.

Todavia, vou votar favoravelmente ao requerimento do nobre deputado Ivo Tomazoni, porque tem um sentido humano. É ao homem e não ao programa, que levanta uma bandeira de luta em favor dos homens maiores de 35 anos, que são preteridos, principalmente no serviço público e na iniciativa privada; embora não vejamos como se possa fazer uma lei, determinando que uma firma de iniciativa privada admita em seus quadros de funcionários, pessoas com idade acima dos limites fixados pela Diretoria e pelos supremos interesses de uma atividade privada. Mas é válida a luta, para o serviço público. Não se justifica que haja essa preterição absurda que impeça o acesso às associações públicas, de pessoas com mais de 35 anos. Quando sabemos que, principalmente os técnicos, que nessa idade amadurecem seus conhecimentos e podem prestar relevantes serviços à causa pública.

Votarei portanto, a favor do requerimento. Quero que me perdoe, não



só esta Casa mas o deputado Ivo Tomazoni, porque minha intenção era nunca desmerecer seu requerimento que acho profundamente humano. Mas para se por côbro de uma vez por tôdas a essa, já não vou dizer, maneira perniciosa; mas constantemente esta Casa tem aprovado votos de louvor à instituições, a entidades que têm objetivos meramente comerciais. Acho que não está certo. Se não me engano, esta Casa rejeitou um requerimento de um sr. Deputado que pedia um voto de louvor desta Casa, a um posto de gasolina, pelo fato de ter vendido mais de 300 mil litros durante um mês. É um absurdo e transforma esta Casa, perante a opinião pública, num verdadeiro circo. — (Sem revisão do orador)

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr Presidente, srs. Deputados.

Concordo inteiramente com as observações feitas recentemente pelo nobre deputado Erondy Silvério. Quero, entretanto, no encaminhamento desta matéria, inicialmente dar uma satisfação ao nobre deputado Ivo Tomazoni, acêrca dos esclarecimentos que pedi à Mesa. É que, quando no início da sessão, não me encontrava presente e não tive a oportunidade de ouvir a leitura que o sr. 1.º Secretário fez do requerimento. Com isto, quero justificar a S. Exa. e à Casa o pedido de esclarecimento que dirigi à Mesa.

Da mesma forma que o deputado Erondy Silvério, voto excepcionalmente a favor dêste requerimento, fazendo, no entanto, as mesmas restrições feitas pelo nobre Deputado a vários requerimentos que têm tramitado nesta Casa, no sentido de serem concedidos votos de louvor a firmas comerciais.

Era o esclarecimento que queria — dar (Sem revisão do orador).

O SR. ALVARO DIAS — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não pretendo me referir exclusivamente ao voto de louvor apresentado na sessão de hoje. Quando vereador na minha cidade de Londrina, adotei uma linha de conduta contrária a todo e qualquer voto de louvor, congratulação e título de cidadão honorário. Durante dois anos de vereança, não votei favoravelmente a nenhum voto de louvor, de congratulação e a nenhum título de cidadão honorário.

No entanto, nesta Casa, reconhecendo a responsabilidade de todos os nobres Pares, não adotei esta linha de conduta e tenho, inclusive, votado favoravelmente a algumas proposições desta natureza. No entanto, quero deixar patenteado meu ponto de vista a respeito de proposições que procuram apenas enaltecer, louvar, congratular. Na verdade o Legislativo, um tanto desacreditado na opinião pública, tem sido tachado de uma Casa de louvanças, de elogios, de gabos. Desmerece realmente o Poder Legislativo, o elogio fácil, a louvança constante, o gabo rotineiro.

Se fôssemos apresentar votos de louvor e congratulações a tudo de útil que se faz neste País e no mundo, não faríamos outra coisa nesta Casa, a não ser votarmos estas proposições.

Votarei, na sessão de hoje, favorável a esta proposição, porque já o fiz em outra oportunidade, em fatos idênticos, mas me proponho, a partir de hoje e se continuar êste Legislativo com a mesma constância, analisando e aprovando proposições desta natureza, a tomar a atitude que tomei na Câmara de Vereadores e não votarei nenhuma proposição que vise enaltecer alguém. Porque entendemos ser obrigação do homem que ocupa cargo público fazer algo em benefício da coletividade. Acreditamos ser da responsa-



bilidade de um homem que assume um cargo público, realizar obras que beneficiem a coletividade, sem esperar aplausos de outros homens que também representam o povo.

Faço um apêlo aos nobres Pares, sem querer estabelecer norma de conduta para ninguém, mas faço um apêlo para que estas proposições de louvores venham em menor intensidade para a apreciação desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO TOMAZONI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, apenas para justificar a apresentação desse requerimento, porque talvez seja eu o Deputado que menor número de requerimentos de votos de aplausos, de regozijo e louvação, apresenta nesta Casa.

Hoje mesmo, temos requerimentos de votos de regozijo de vários membros desta Casa, Deputados da ARENA e do MDB. E não vejo razão porque votos desta natureza diminuam este Poder. Esta é uma forma mais direta desta Casa se manifestar em apoio a um homem de imprensa, de televisão, como existem tantos outros que merecem e continuam merecendo a admiração de todos os brasileiros.

Não vejo porque diminuir o Poder quando se pretende, nesta Casa, através de um requerimento, cumprimentar o homem que visa banir uma odiosa discriminação; que pretende banir de nosso cenário a discriminação de pessoas idosas contribuírem para o progresso nacional. Porque esse é um grande potencial humano, categorizado e experiente, que, muitas vezes, deixa de ser utilizado porque, não só os órgãos públicos, mas também a iniciativa privada, através de seus anúncios e classificados, oferece o cargo para uma mão de obra especializada, mas já discrimina "pessoas de idade não superior a 35 anos". E esta discriminação tem feito muito mal à nossa Nação. E todos os que acompanham o desenvolvimento brasileiro, os que acompanham os grandes feitos da ciência, não de ver que as maiores conquistas das últimas décadas, no terreno da ciência, das telecomunicações, dos vãos espaciais, têm sempre, a comandar e a orientar essas grandes conquistas, homens experientes, na maioria, senão na totalidade dos casos, homens com idade superior a 40 anos.

Visa este requerimento cumprimentar o homem que se preocupa com a sorte, com a condição, do maior de 35 anos. Quantos chefes de família, maiores de 40 anos, têm uma prole a sustentar, de oito ou dez filhos, todos menores de 18 anos, e ainda sem condições de pagarem seus estudos! Quantos chefes de família, impossibilitados de concorrerem com os jovens para cargos em autarquias, por exemplo, não são aproveitados, e as famílias sofrem com isso.

Quero crer que vamos ter, e aquele que está encetando esta campanha sérias dificuldades, há problemas de CLT, da aposentadoria, obrigações de ordem legal, que, muitas vezes acarretam prejuízos às empresas que nomeiam pessoas idosas. Mas, o que pretende aquele cidadão, através de programa de televisão, é a modificação de um dispositivo da CLT, que a Consolidação das Leis do Trabalho abra uma possibilidade melhor para essas pessoas. E não vejo razão para deixar de acolher um requerimento dessa natureza. Não tem sentido de louvação. Tem sentido, tão somente, de estímulo para um homem que encetando essa campanha, objetiva dar possibilidades a que, desempregados, técnicos na maioria dos casos, tenham também a sua oportunidade de contribuir para o engrandecimento de nossa Nação — (Sem revisão do orador).

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esse cuidado que a Casa tem, demonstrado hoje aqui, de se observar, de se dissecar um requerimento de congratulações ou de louvar, nos enche de satisfação. De fato, a análise é necessária para que não se faça votos vãos,



votos que não tiveram a repercussão que precisam ter, mormente porque partem desta Casa de Leis.

Nós somos 47 Deputados, e incentivar aquilo que está certo, é louvável. Entendemos que essa campanha encetada por Flávio Cavalcanti só poderá encontrar eco no Governo Federal. E aí é que deve encontrar essa repercussão. E é isso que aquele homem de televisão está procurando, porque no momento em que se fizer a modificação da Consolidação das Leis do Trabalho, no momento em que essa pessoa que passou da idade, ou melhor, considerada passada da idade e, por isso, não é aceite pela empresa privada, quando se fizer essa modificação na Lei, esta poderá continuar a prestar a sua colaboração.

O deputado Erondy Silvério achou que seria louvável que o Governo aceitasse um homem de mais de 35 anos, porém as empresas privadas têm uma preocupação maior na admissão de um empregado de mais idade, — que talvez venha a ter uma produção maior do que de um jovem, devido aos achaques naturais da idade, ou a sua próxima aposentadoria. Assim, as empresas se eximem de admitir um empregado mais velho, não porque a sua capacidade de trabalho venha a ser diminuída com a idade.

De modo que quando o Governo Federal decretar uma lei que dê garantias às firmas, elas poderão dar emprego a esses homens.

Nós temos um caso na Consolidação das Leis do Trabalho, o qual garante aos jovens que vão servir, que seu lugar ficará assegurado até que ele cumpra com sua obrigação militar. E o que acontece? Um jovem de 17 anos, dar nosso apoio. Não vemos nisto nenhum demérito, muito pelo contrário dificilmente é admitido numa firma, porque sabem que admitindo um jovem, eles terão que esperar durante todo tempo em que ele vai servir porque se ele quiser, voltará a ocupar seu lugar.

Isto quer dizer que no momento em que se remova esse obstáculo, os jovens poderão encontrar emprego.

O poder de penetração daquele programa é fabuloso.

Assim é que, quando esta Assembléia se sensibiliza também pela campanha encetada por um homem de televisão, não vemos porque deixar de se esta Assembléia está se mostrando sensível ao que se pretende ali é porque ela está automaticamente pensando no homem que tem os encargos maiores, que são os do momento em que seus filhos crescem. Há um ditado popular que diz: "filhos criados, trabalho dobrado". Os encargos dobram para o chefe de família nesta ocasião, e é triste quando tem ele a desdita de ser indenizado por uma firma, de ser colocado na rua. Nesta idade fatalmente será corretor de seguros, terá que optar por empregos desta natureza porque não encontrará emprego efetivo.

Dai porque o nosso voto favorável ao requerimento que está sendo votado.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência, em atenção ao requerido pelo deputado Ivo Tomazoni, defere e põe em votação o requerimento de igual teor assinado pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Aguinaldo Pereira Lima, por se tratar de matéria correlata. Em votação ambos os requerimentos. — **Aprovados.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, solicitando voto de congratulações pela realização do Concurso Miss Paraná 71, na cidade de Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a senhorita Marise Meyer Costa, Miss Ibaiti, eleita sábado último Miss Paraná 1971. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja expedido telex ao sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido que o referido financiamento seja aplicado em nosso Estado. — **Aprovado.**



Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício de apoio ao Chanceler Mário Gibson Barbosa, com relação à extensão do Mar Territorial e do Acôrdio Internacional do Café. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 40-71. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja informado ao sr. Governador do Estado, das aspirações da população do centro Oeste do Estado, especialmente população das aspirações da população do município de Guarapuava. — **Rejeitado**.

Requerimento de autoria do sr. Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor do D.E.R., no sentido de que seja enviado Croquis da BR-373, bem como as assinaturas, dos proprietários de terras situadas ao longo da referida rodovia. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada cópia de relatório ao sr. Secretário de Educação e Cultura. — **Rejeitado**.

Requerimento de autoria do sr. deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja expedido ofício ao Diretor do Departamento do Trânsito do Estado. — **Aprovado**.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicitaria da douta Presidência a fineza de nos informar porque razão até o presente momento não foi enviado à apreciação do sr. Governador do Estado, o autógrafo da lei aprovada nesta Casa, concedendo o título de Cidadania Honrária de Curitiba, ao general José Campos de Aragão. Tenho acompanhado o "Diário Oficial" do Estado, a apreciação de leis do sr. Governador do Estado, e até o presente momento não pude verificar nada naquele órgão oficial, alguma coisa concreta a respeito, bem como também, estive verificando a saída do protocolo. Por isso, não quero afirmar, mas parece, que a Mesa ainda não enviou à apreciação do sr. Governador, o mencionado autógrafo, que parece estar tão longe do prazo de sua apreciação. Gostaria, sr. Presidente, que a Mesa nos justificasse na sessão de amanhã, as razões determinantes pelas quais ainda não cumpriram aquilo que é dever principal, da Mesa Diretora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, comunica ao nobre Deputado que fará chegar ao conhecimento do titular desta Mesa, para que providencie os autógrafos.

Tem a palavra para explicação pessoal, o nobre deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Lamentavelmente, temos que comparecer à tribuna, em explicação pessoal, porque não entendemos a posição da maioria dos srs. Deputados nesta Casa.

Aprovamos hoje, voto de louvor, voto de congratulações, inclusive à moça que ganhou o Concurso de Miss Paraná, que realmente é uma alegria para os olhos mas, nem por isso, representa motivos para voto de louvor nesta Casa Legislativa.

Se discordávamos anteriormente da linguagem fácil e elogios constantes da louvação, discordamos ainda mais, quando esta Casa, sem explicação alguma, rejeita requerimentos de grande importância para o desenvolvimento de determinadas regiões.

Aqui estão requerimentos de autoria do deputado Nivaldo Krüger, ausente na sessão de hoje, que solicita respeitosamente, seja informado ao sr. Governador do Estado, as aspirações da população do Centro Oeste do Estado, especialmente da população do município de Guarapuava, relaciona-



dos com a conclusão da estrada, Irati, Relógio, Pitanga, Roncador, escoadora da produção do Noroeste paranaense.

Considerando, a importância sócio-econômica da cidade de Guarapuava, sua posição estratégica na região como centro de abastecimento e serviços, é que, tomamos a iniciativa de pleitear junto a Sua Excelência, no sentido de que o traçado da rodovia siga passando pelas localidades, de Pitanga, Rio Bonito, Turvo, Palmeirinha e bifurque com a BR-277, em Guarapuava.

A medida ora sugerida, não só atenderá justas aspirações de importantes núcleos habitacionais como também trará economia ao erário estadual pela redução do trecho a ser construído.

Por que não fazer chegar ao sr. Governador do Estado, uma solicitação desta natureza? Quais as razões que levam os Srs. Deputados, como hoje nesta Casa, a rejeitarem requerimentos que não trazem outros propósitos a não ser colaborar com a administração pública?

Um outro requerimento que trata de educação, fato primordial para o desenvolvimento. Frase repetida inúmeras vezes, muitas vezes demagogicamente, porque ela é esquecida no instante em que o político o homem público deve propiciar alguns benefícios em favor da educação.

Aqui está um extenso relatório, dizendo que o alicerce de um país baseia-se sobretudo na sua economia, nos seus diversos ramos. Nos países em vias de desenvolvimento, se torna grande o estreitamento entre a economia e o ensino, onde este último fator é vital para a sobrevivência do primeiro.

Aqui está o relatório extenso, levando ao conhecimento do sr. Secretário de Educação e Cultura, do nosso Estado, a situação do ensino, numa região do nosso Estado, representada pelo deputado Nivaldo Krüger.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. com que felicidade, com que responsabilidade da liderança de meu partido nesta Casa, aborda este assunto que dá bem uma idéia muito triste do que é a realidade nestes dias de nossa Assembléia.

Quero, neste aparte, a V. Exa. endereçar também um apelo à Mesa desta Casa que me forneça certidão da Ata desta sessão, onde foram aprovados requerimentos que louvaram a programação de televisão e recusando requerimento de verdadeiros interesses do povo do nosso Estado.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa.

Nobre deputado Sebastião Rodrigues a verdade é que temos razão para perguntar: o que estamos aqui a fazer? Aqui estamos para louvar, para elogiar ou para sugerir algo benéfico para o desenvolvimento? Porque quando se sugere, quando se apresenta, quando se relata situação, se aponta soluções para essas situações, nós não vemos o apoio dos srs. Deputados nesta Casa Legislativa. E qual a razão do não apoio a um requerimento desta natureza? Ele é ilegal? É inconstitucional? Não tem suporte no Regimento? Não encontra guarida na Constituição? Quais são os motivos? Esses motivos fogem ao nosso conhecimento.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É com muita atenção que nós estamos ouvindo o discurso de V. Exa. V. Exa. deve estar lembrado de meu pronunciamento na última sessão, quando me prontifiquei ao Líder de sua bancada, de junto, formarmos um movimento em favor desta estrada, a estrada Palmeira, Irati, Relógio. Estrada esta que foi sempre combatida pelo líder da sua bancada. E só hoje, nobre Deputado, quando ele sente que esta estrada será uma realidade, ele vem pedir o nosso apoio em favor de Guarapuava, não em favor da minha região, no sentido de mudar o traçado: Campo Mourão, Relógio, Pitanga, Relógio, para Guarapuava. E aí reside, nobre Deputado, este interesse do deputado Nivaldo Krüger, que infelizmente não se encontra presente nesta sessão, porque altos interesses do Estado estão em jogo em Brasília onde se encontra o deputado Nivaldo Krüger, defendendo os interesses do Paraná todo em Brasília.



Foi esta a razão que levou a nossa bancada rejeitar o Requerimento, porque o Governador do Estado está ciente e consciente de suas obrigações. Conhece este problema. De modo que independe da sugestão do nobre Deputado, para que o Governador do Estado altere o traçado desta estrada. Com relação a outro assunto que V. Exa. debate com tanto entusiasmo, com o respeito que V. Exa. me merece, na última sessão V. Exa. se mostrava preocupado com respeito ao projeto que apresentei referente ao Estatuto do Magistério Público. V. Exa. argumentava que meu projeto seria uma arma perigosa colocada nas mãos de um Secretário de Estado. Até certo ponto concordei com V. Exa., porque também não quero entregar a um Secretário de Estado uma arma para que amanhã ele venha com ela prejudicar quem quer que seja, muito menos os professores que estão lutando no interior no sentido de alfabetizar nossos filhos, nossas crianças. Sua preocupação era a de que, com aquele projeto aprovado, um Secretário de Estado poderia, através de política, transferir professores indiscriminadamente. V. Exa., inclusive, lançava dúvida a respeito da integridade do atual Secretário de Educação. Mas ainda concordei com V. Exa. e propus a emenda de que só se poderia fazer remoção a pedido da parte interessada. E V. Exa., como também o deputado Nivaldo Krüger, se mostraram satisfeitos. E vejo no sábado, V. Exa. vir ao Canal 11, TV Tibagi e atacar o governador Haroldo Leon Peres, que exigiu que eu apresentasse este projeto, o que não é verdade. Apresentei-o por minha livre e espontânea vontade e não por ordem do sr. Governador do Estado. Veja: quando aprovamos, V. Exa. diz que nos curvamos diante da vontade de S. Exa.. Quando deixamos de votar, diz que estamos contra a bancada e contra o Paraná.

O SR. ALVARO DIAS — Obrigado pelo aparte, que procura justificar, mas que não justifica.

O sr. João Mansur — No entender de V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS — Primeiramente, com relação ao pronunciamento na TV, V. Exa. não tem condições de dizer que afirmei que o Governo exigiu que se apresentasse o projeto. No entanto, afirmei que criticava, mas criticava com mais veemência, não aquele que apresentava o projeto, mas aquele ou aqueles que o induziam a apresentá-lo.

V. Exa. nos confidenciava há dias, apresentar emenda atendendo solicitação do Secretário de Educação e Cultura.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS — Apenas desejo responder ao longo aparte de V. Exa., depois concederei com satisfação.

Nobre Deputado, de nada adiantaria V. Exa. querer argumentar, citando o projeto apresentado, para justificar a atitude tomada hoje. Com relação à estrada, não tenho conhecimento. O deputado Nivaldo Krüger apontou a existência desta estrada. Não entra nesse ponto, nesse particular. Apenas sugere o deputado Nivaldo Krüger que o traçado da rodovia seja passando por determinadas localidades. E não vejo motivo nenhum que o impeça de sugerir o traçado para determinada estrada.

Afinal de contas, o que estamos aqui fazendo? Não estamos para sugerir, para contribuir, para fornecer subsídios ao administrador?

E com relação ao outro requerimento do deputado Nivaldo Krüger, diz ele claramente, que "não pretendo solucionar ou equanimizar o problema no seu todo, mesmo porque, não somos "expertes" no assunto. Mas, aqui procuramos mostrar as necessidades de nossa região, Guarapuava, que mercê de sua tradição e cultura, paralela com sua produção, precisa, com brevidade, de um olhar maior das autoridades para o seu ensino".

E fala ainda o nobre deputado Nivaldo Krüger em Escola Normal de Guarapuava; em Colégio Manoel Ribas; em Escola de Comércio; na Escola Agrícola Arlindo Ribeiro; em Ginásio do Distrito de Entre Rios, fazendo um relato do que possuem esses estabelecimentos de ensino, dizendo o que falta. Assim ele está colaborando com a administração pública do Estado, para



que não possam afirmar, depois que, aqui, está uma bancada de Deputados preocupados apenas em destruir, em fazer oposição, em apontar falhas.

Aqui está uma bancada que apresenta, quase que diariamente, sugestões à administração pública.

O SR. PRESIDENTE — Havendo esgotado o tempo de V. Exa., a Mesa deseja saber se V. Exa. deseja prorrogá-lo?

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, solicito prorrogação do tempo. Srs. Deputados, aqui estão dois requerimentos do deputado Nivaldo Krüger, um dêles considero extraordinário. Mostra a preocupação do líder de minha bancada em relação ao futuro de sua região; em relação aos jovens de Guapuva; em relação ao ensino nem sempre lembrado condignamente pelas autoridades.

Preocupou-se, o deputado Nivaldo Krüger, seriamente; não veio criticar o Governo do Estado; veio, mercê de um trabalho profundo, analisando as deficiências do ensino de sua região, apresentar sugestões para que essas deficiências sejam corrigidas. Mas, a bancada governista, justamente no dia em que mais se aplaudiu, que se fez mais louvação, que mais se bajulou, justamente nesse dia, vem negar apoio às sugestões justas, às sugestões que só merecem aplausos.

Requerimento dessa natureza mereceriam votos de louvor, votos de aplauso e não a negativa por parte dos srs. Deputados.

Quando nos referimos às proposições de louvação apresentadas nesta Casa, não nos manifestamos contra o mérito de questões abordadas, não nos manifestamos contra o direito que têm os homens de mais de 35 anos de prestar serviços nas entidades públicas. Não nos manifestamos contra isso. Defendemos, inclusive, o direito que tem aquele já com mais de 35 anos de idade, aquele, muitas vezes, com os cabelos ericaneados, com larga experiência na vida e que tem responsabilidade de sustentar seus filhos, muitos dos quais frequentando os bancos das Universidades, frequentando os bancos das escolas. Não negamos o direito que têm esses cidadãos. Não negamos o direito que têm esses homens de procurar ganhar seu sustento, dos órgãos públicos. Apoiaremos qualquer proposição dessa natureza. Apoiaremos aqui ou em outro lugar, aqueles projetos que visam dar condições de trabalho a esses homens, mas, de forma alguma, poderemos concordar que a linguagem constante nesta Casa de Leis, seja de louvação e aplausos. Aqui estaremos, srs. Deputados, não só para aplaudir e louvar, estaremos, também, para criticar e para criticar apresentando sugestões, soluções.

Quero, sr. Presidente, srs. Deputados, que se consigne na Ata dos trabalhos, o nosso desagrado, o nosso voto de repúdio, já que se apresentaram muitos votos de louvor e aplausos à atitude daqueles que procuram impedir que um homem público, representando o povo, exerça sua função de colaborador da administração pública. É bom que se frise, que se procurou hoje evitar que um homem contribua com o sr. Governador do Estado, com o sr. Secretário de Educação, sugerindo medidas necessárias para a sua região. Esperamos que esta sessão não seja repisada em outras oportunidades, porque atitudes dessa natureza nada trazem de útil ao desenvolvimento e progresso do Estado.

Nada acrescenta para a moralização do Legislativo, para o fortalecimento do Legislativo e para que o Legislativo recupere a confiança da opinião pública.

Sabemos nós, e não adianta esconder, o Legislativo é hoje desacreditado por grande parcela da população. A atitude do representante do povo, entendemos nós, deve ser de uma compostura que não coloque em dúvida a sua condição de representante, que não coloque em dúvida o seu propósito, o seu objetivo, quando vai até o interior, quando vai de cidade em cidade pleitear o voto de confiança. Aqui estaremos para responder ao chamamento do povo, com o nosso trabalho, com a nossa dedicação. Não apenas com nosso aplauso em determinadas atitudes.



Disse anteriormente, aqui ficaríamos o dia todo e diariamente apresentando votos de louvor, de congratulações, se fôssemos aplaudir tudo aquilo que se faz de bom neste País, porque mesmo uma pessoa que vive no anonimato, um humilde servidor público, realiza atos beneméritos que mereciam também o nosso aplauso, razão porque acredito não ser esse o nosso objetivo principal nesta Casa, louvar e aplaudir. O nosso objetivo principal se configura nesse requerimento do deputado Nivaldo Krüger, apontando deficiências, apontando sugestões para corrigi-las. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, para amanhã, dia 15, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 213-70;

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 310-70;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 104-70, 231-70, 30-70 e 60-71.  
Levanta-se a sessão.